

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Waleska Portella de Lacerda**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:**  
**Um estudo sobre a Região do Médio Paraíba Fluminense**

**Taubaté – SP**  
**2016**

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Waleska Portella de Lacerda**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:  
Um estudo sobre a Região do Médio Paraíba Fluminense**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elvira Aparecida Simões de Araujo.

**Taubaté – SP**  
**2016**

**Waleska Portella de Lacerda**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo  
sobre a Região do Médio Paraíba Fluminense**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elvira Aparecida Simões de Araújo

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Mendes dos Santos      Universidade do Estado do Rio de Janeiro /  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho ao meu esposo Édson e ao meu filho Theo,  
meus parceiros de vida.

Aos meus familiares e amigos que torceram por essa  
conquista.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela força recebida em todos os momentos.

Em seguida à minha família “em especial aos meus amores Édson e Theo”, pelo apoio, companheirismo, confiança, motivações e vibrações.

Ao Centro Universitário de Barra Mansa, por ter acreditado e investido na minha formação.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elvira Aparecida Simões de Araújo, por todo trabalho de orientação e colaboração sempre incentivadora.

Ao Prof. Dr. Edson Trajano Vieira e a Prof. Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Mendes dos Santos, com as contribuições para finalização dessa pesquisa.

Aos meus amigos e familiares que contribuíram de alguma maneira para construção desse trabalho, por meio das correções, material de apoio, ajuda na pesquisa de campo, etc.

À organização patronal do setor produtivo, que forneceram dados para a pesquisa.

Aos colegas do mestrado, pelas discussões e amizade e em especial César Romero, meu amigo de viagem.

## RESUMO

A Extensão Universitária tem sido amplamente estudada e, vem revelando seu importante papel na sociedade. Ela atua como um meio de interação e aproximação da academia com a sociedade para a construção do conhecimento. Considerando a necessidade de progressivo entendimento sobre extensão esta pesquisa teve como objetivo analisar as ações de Extensão Universitária oportunizadas por Instituições privadas de Ensino Superior da Região do Médio Paraíba Fluminense e a percepção do setor produtivo da região em relação a estas ações. Tratou-se, portanto de uma pesquisa de caráter documental e de campo que soma análises quantitativa e qualitativa. O resultado da pesquisa documental sobre as instituições demonstrou que elas atuam com inúmeras ações de extensão, o que resulta em uma maior e melhor relação com a sociedade, contribuindo assim, ainda mais para o desenvolvimento da Região do Médio Paraíba Fluminense. Porém, estas instituições precisam repensar melhor ao expor seus produtos de extensão em seus endereços eletrônicos que apresentaram ausência de informações. Quanto às percepções do setor produtivo, os resultados demonstram que representantes deste setor têm pouca participação nas ações de extensão e conhecimento parcial sobre as diretrizes de extensão. Os estudos também mostraram que as Instituições privadas de Ensino Superior têm aproximação com o setor produtivo local, mas ainda se faz necessário que as instituições estreitem mais este relacionamento, não só com o setor mencionado, mas também com outros setores da região, visto a importância da ampliação da interação entre o conhecimento produzido dentro das IES e a apropriação desse conhecimento pelos vários segmentos populacionais e a retroalimentação para as IES acerca de seus esforços de construção de conhecimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Gestão. Extensão Universitária. Ensino Superior. Médio Paraíba Fluminense.

## ABSTRACT

### **UNIVERSITY EXTENSION AND REGIONAL DEVELOPMENT: A study on the region of the Middle Paraíba Fluminense**

The University Extension has been widely studied and it has been revealed its important role in society. The Extension acts as a means of interaction and approach between the academy and the society in order to construct knowledge. Considering the need for progressive understanding about extension, this study aimed to analyze University Extension actions provided by private Higher Education institutions from the Middle Paraíba Fluminense region and it also analyzes the perception of the productive sector from that region in terms of these actions. This is a researching with documentary feature and field search feature that adds quantitative and qualitative analysis. The result of the documentary research about the Higher Education institutions demonstrated that they work with many extension actions, which results in a bigger and better relationship with society, thus these actions contribute further to the development of the Middle Paraíba Fluminense region. However, these institutions need greater attention to exhibit their extension products on their websites which showed lack of information. Regarding perceptions of the productive sector, the results show that representatives of this sector have little participation in extension activities and partial knowledge about the extension guidelines. These studies also showed that private higher education institutions have closer ties with the local productive sector, but still it is necessary that the institutions narrow this relationship a bit more, not only with the mentioned sector, but also with other sectors of the region, given the importance of expansion of interaction between the knowledge produced within the IES and the appropriation of this knowledge by the various population segments and its feedback to the HEIs about their efforts to building knowledge.

**Key words:** Regional Development. Management. University Extension. Higher Education. Middle Paraíba Fluminense Region.

## **Listas de Figuras**

Figura 1 - Estrutura industrial do Médio Paraíba/2008 a 2014.....	52
---	----



## Lista de Quadros

Gráfico 1 -	Quantidade de IES por Linhas de Extensão.....	73
Gráfico 2 -	Localização das empresas participantes.....	77
Gráfico 3 -	Cargos dos participantes.....	78
Gráfico 4 -	Tempo de trabalho dos participantes na empresa.....	78
Gráfico 5 -	Tempo de ocupação de cargo dos participantes na empresa.....	79
Gráfico 6 -	Nível de ensino dos participantes.....	79
Gráfico 7 -	Sexo dos participantes.....	80
Gráfico 8 -	Estado civil dos participantes.....	80
Gráfico 9 -	Idade dos participantes.....	81
Gráfico 10 -	Frequência dos participantes a espaços de cultura, ciências e tecnologia que envolvem atividades de extensão em universidades.....	82
Gráfico 11 -	Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a espaços sociais mantidos por IES.....	82
Gráfico 12 -	Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a atividades sociais realizadas pelas IES.....	83
Gráfico 13 -	Participação em cursos, eventos, projetos e programas de extensão.....	84
Gráfico 14 -	Tomada de ciência por parte dos participantes em relação à prestação de serviço de extensão desenvolvidos por IES.....	84
Gráfico 15 -	Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a programas e projetos de extensão desenvolvidos por IES .....	85
Gráfico 16 -	Tomada de ciência por parte dos participantes e/ou colaboradores das empresas com relação a cursos de extensão desenvolvidos por IES.....	86
Gráfico 17 -	Tomada de ciência por parte dos entrevistados proprietários ou colaboradores em empresas com relação a eventos de extensão desenvolvidos por IES.....	86
Gráfico 18 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações de extensão estão articuladas entre ensino e pesquisa.....	88
Gráfico 19 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações de extensão contribuem para a democratização do ensino.....	89
Gráfico 20 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações de extensão articulam saberes em diferentes áreas do conhecimento.....	90

Gráfico 21 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações de extensão contribuem para a transformação e impacto social da comunidade.....	91
Gráfico 22 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações contribuem para a superação da desigualdade e exclusão.....	92
Gráfico 23 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.....	93
Gráfico 24 -	Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações contribuem para a trocas de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.....	94

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Classificação dos cursos de Extensão Universitária e definições....	43
Quadro 2 - Classificação (tipos) de eventos e definições.....	43
Quadro 3 - Classificação (tipos) de prestações de serviço e definições.....	44
Quadro 4 - Dimensões conceituais dos dados documentais Institucionais.....	62
Quadro 5 - Dimensões conceituais do questionário de avaliação da pesquisa..	63
Quadro 6 - Caracterização das IES.....	66
Quadro 7 - Comparação de conceitos sobre Extensão Universitária.....	67
Quadro 8 - Áreas Temáticas, para classificação das ações de Extensão Universitária..	69
Quadro 9 - Linhas de Extensão, para classificação das ações de Extensão.....	71
Quadro 10 - Classificação das ações de Extensão Universitária.....	74

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - População.....	49
Tabela 2 - Análise descritiva dos dados da segunda e terceira parte do questionário - n: número de respondentes, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão.....	95
Tabela 3 - Análise descritiva dos dados - quarta parte do questionário - n: número de respondentes, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão.....	96

## LISTA DE SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

EU – Extensão Universitária

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras

FOREXP – Fórum de Extensão das IES Particulares

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96)

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNExt – Plano Nacional de Extensão Universitária

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PROEX – Pró-reitora de Extensão

RS – Responsabilidade Social

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	16
1.1	PROBLEMA .....	18
1.2	OBJETIVOS .....	19
1.2.1	Objetivo Geral .....	19
1.2.2	Objetivos Específicos .....	19
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	19
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	20
1.5	ORGANIZAÇÃO DO PROJETO .....	22
2	REVISÃO DA LITERATURA .....	23
2.1	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	24
2.1.1	O papel das Instituições de Ensino Superior em um contexto regional ....	27
2.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	29
2.3	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	31
2.3.1	Política Nacional de Extensão Universitária .....	38
2.3.2	Diretrizes de Extensão Universitária .....	39
2.4	DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	46
2.5	Desenvolvimento Regional do Médio Paraíba Fluminense .....	48
3	MÉTODO .....	55
3.1	Tipos de pesquisa .....	55
3.2	Áreas de realização .....	56
3.3	População e amostra .....	57
3.4	Instrumento .....	58
3.5	Procedimento de coleta de dados .....	59
3.5.1	Fase documental .....	59
3,5,2	Fase da Pesquisa de Campo .....	60
3.6	Procedimento de análise de dados .....	61
3.6.1	Análise de dados documentais .....	61
3.6.2	Análise de dados de campo .....	63
3.6.3	Consolidação das análises de dados .....	64
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65

4.1	Análise de dados documentais Institucionais .....	66
4.2	Análise de dados da pesquisa de campo .....	76
4.2.1	Análise da média e desvio padrão.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS .....	102
	ANEXO A - Questionário .....	107
	ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP.....	109

## 1 INTRODUÇÃO

Na história contemporânea, há uma intensa produção de conhecimento proporcionando novas demandas profissionais, intensa busca por informações e por novas formas de interações. Assim, é consensual que se perceba o papel da Instituição do Ensino Superior e da Extensão Universitária com grande potencial para ajudar a promoção de transformações, especialmente, aquelas com finalidades de construir uma sociedade mais inclusiva e preocupada com o bem-estar social.

A Lei 9394/96, ao estabelecer as finalidades da educação superior, regulamenta que as IES devem promover a Extensão Universitária por meio de um diálogo franco e aberto à participação e contribuição da população. A Extensão Universitária, sendo uma forma de realização da responsabilidade social das universidades, pode se inserir regionalmente oportunizando informação cultural, educativa, científica, serviços e atualizações profissionais paralelas à formação universitária ou fora dela. A atuação dialética da extensão pode contribuir nas percepções e respostas às necessidades acadêmicas, assim como as do setor produtivo e da sociedade. Ou seja, trabalha como uma interface entre a academia e sociedade na finalidade de aproximação destes entes. “O compromisso com a população passou a ser o eixo das ações e a Extensão Universitária passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa” (SOUSA, 2010, p. 97).

De acordo com as determinações de leis específicas, a universidade deve contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio de seu papel de construção e desenvolvimento científico e também na prestação de serviço e interação com a sociedade.

Por outro lado as atribuições da Extensão Universitária importantes, pois, muitos autores destacam a relevância de se discutir o tema, “O próprio questionamento do papel da Extensão Universitária tem levado a explicitar suas características e efeitos na relação entre Universidade e sociedade” (BOTOMÉ, 1996, p.79).

Considerando as dificuldades e necessidades de conceituação de Extensão Universitária, neste estudo há uma breve sequência de conceitos, os quais têm sido elaborados, principalmente, pelos Fórum de Pró-Reitores das Universidades



Públicas Brasileiras e Fórum de Extensão das IES Particulares. Com base nesses fóruns, pode-se perceber que a extensão é concebida com o intuito de intensificar relações transformadoras entre a universidade e a sociedade, através de um processo educativo, social, cultural e científico.

Para Soares (2004), a atuação da extensão possibilita ações que proporcionam bases para a reconstrução de saberes, constituindo-se como o ponto de encontro entre o saber acadêmico e saber dos cidadãos comprometidos com a comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral. Desse modo, a extensão caminha em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer. Enfim, o comprometimento com a comunidade revela um dos principais papéis da Extensão Universitária.

A ideia básica da responsabilidade social empresarial é que a empresa possa ter compromisso com a sociedade. Assim, empresa e sociedade precisam estar entrelaçadas, ao invés de estarem separadas. Ao se estabelecer a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior, abrem-se espaços para interações dialógicas entre a Universidade e a sociedade. Nesse contexto, conhecendo cada vez mais sua região e o setor produtivo, as IES podem dispender uma maior atenção em relação às necessidades educativas da sociedade em seu entorno.

Além dos conceitos de Extensão Universitária e responsabilidade social, este estudo também faz reflexões sobre alguns conceitos pertinentes como: Instituição de Ensino Superior (IES), O Papel da Universidade em um Contexto Regional, Extensão Universitária, Fundamentos legais da Extensão Universitária, Política Nacional de Extensão Universitária, Diretrizes de Extensão Universitária, Desenvolvimento Regional e, como base específica para a pesquisa de campo, há um estudo sobre o Desenvolvimento Regional do Médio Paraíba Fluminense.

Reserva-se para o objetivo geral desta dissertação, analisar, tendo como parâmetro as diretrizes e bases do Plano Nacional de Extensão, as ações de extensão das Instituições privadas de Ensino Superior da Região do Médio Paraíba Fluminense, assim como analisar a percepção do setor produtivo dessa região em relação à extensão universitária. Ou seja, procura-se verificar por meio de levantamentos de dados documentais nos endereços eletrônicos das Instituições privadas de Ensino Superior, sobre o que estas IES estão oportunizando à região

pesquisada. Considera-se, neste levantamento de dados as áreas temáticas, as linhas de extensão e uma enumeração de ações da extensão.

Quanto às percepções do setor produtivo, há uma pesquisa de campo por meio de questionários aplicados a representantes desse setor. No questionário, faz-se a identificação de percepções sobre extensão universitária por parte de representantes do setor produtivo da Região do Médio Paraíba Fluminense. Com os dados obtidos, criaram-se indicadores que revelam muitas percepções do setor produtivo.

## **1.1 PROBLEMA**

Há, para a Extensão Universitária um universo de possibilidades e atribuições estabelecidas por lei e por sistematizações de seus órgãos reguladores. Esses construtos programam a atuação da extensão e sua contribuição para o desenvolvimento social e regional. Por outro lado, percebe-se que há o interesse destes órgãos por aproximação e interação entre a universidade e a sociedade. Ou seja, há interesse de receber da sociedade, incluindo do setor produtivo, percepções e entendimentos dos cidadãos que ajudam a universidade a realinhar suas práticas, principalmente, em termos de ações de extensão, considerando que essas se tornem cada vez mais bem ajustadas dentro do interesse de ambas: sociedade e academia.

Para a reflexão sobre as múltiplas possibilidades e atribuições da Extensão Universitária, é importante que se responda à questão: quais ações de extensão universitária as Instituições privadas de Ensino Superior da região do Médio Paraíba Fluminense oportunizam à sua região?

Para a reflexão sobre as percepções e anseios do setor produtivo em relação à Extensão Universitária, é importante que se responda à questão: quais são as principais percepções do setor produtivo da Região do Médio Paraíba Fluminense em relação à Extensão Universitária?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar as ações de Extensão Universitária oportunizadas por Instituições privadas de Ensino Superior da Região do Médio Paraíba Fluminense e a percepção do setor produtivo da região em relação a essas ações.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Identificar as definições, linhas, áreas temáticas e ações de extensão universitária das Instituições privadas de Ensino Superior da Região do Médio Paraíba Fluminense;

Identificar as percepções do setor produtivo da Região do Médio Paraíba Fluminense em relação à extensão universitária.

## **1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Esta pesquisa integra-se basicamente em três vias de estudo: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para que haja viabilidade no trabalho de pesquisa, esse estudo delimita a análise teórica descritiva em um recorte de conceitos contemporâneos sobre o tema tomando, como ponto de partida os construtos desenvolvidos pelo MEC por meio do Plano Nacional de Extensão Universitária, pelo FORPREX, pelo FOREXP (por meio de seus pareceres) e pela legislação pertinente em vigor. A base teórica mostra também o parecer de alguns autores dedicados à Extensão Universitária e que analisam suas múltiplas atribuições.

Em relação à pesquisa documental, há uma delimitação quanto ao tipo de IES. A pesquisa se restringe às instituições privadas de Ensino Superior presencial. Primeiramente, faz-se o levantamento do número de instituições privadas de ensino superior com aulas presenciais da região do Médio Paraíba Fluminense. Identificadas essas IES, faz-se uma busca em seus respectivos endereços eletrônicos, a fim de captar definições, linhas, áreas temáticas e modalidades voltadas para a Extensão Universitária que estas instituições oferecem em sua região. Há inclusive uma comparação ilustrativa entre os princípios e ações apresentados pelo Plano Nacional de Extensão Universitária e os princípios e conceitos apresentados pelas IES pesquisadas.

De acordo com o recorte proposto para pesquisa de campo, há uma análise por meio de questionário fechado que indaga sobre as percepções de parte do setor produtivo regional. A população e amostra do setor produtivo delimitaram-se por aquelas empresas associadas a uma organização patronal que representa o setor metalomecânico da Região do Médio Paraíba Fluminense.

#### **1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

As Instituições de Ensino Superior têm um papel relevante a desempenhar em uma sociedade com mudanças rápidas e carente de procedimentos que visem diminuir as desigualdades sociais ainda presentes.

As Instituições de Ensino Superior, ao exercerem ações por meio da Extensão Universitária, podem contribuir para a construção de uma democracia mais participativa e para desenvolvimento de capital intelectual, humano e tecnológico qualificados para o país. A geração e a produção do conhecimento, juntamente com a democratização de seu acesso, são bases da construção de consciência crítica e de capacidade de intervenção na sociedade (BOTOMÉ, 1996).

A Extensão Universitária tem grande potencial para contribuir com as Instituições de Ensino Superior no sentido de cumprir com seu papel transformador, isto por que a extensão age de forma a estabelecer diálogos entre a sociedade e o saber acadêmico. Deste modo, torna-se necessário entender sobre o que é, quais

principais atributos, diretrizes e funções da Extensão Universitária no meio acadêmico.

A extensão universitária tem um papel importantíssimo na construção de novos paradigmas de conhecimento e na ampliação de veículos sociais. Portanto é necessário que a própria extensão universitária seja revista a fim que a própria universidade se torne cada vez mais legítima na sua identidade, propósito e missão (SOARES, 2004, p. 7).

Apesar de tamanha relevância, nem sempre há uma clareza sobre o “fazer” da Extensão Universitária por parte da sociedade ou, às vezes, dos próprios integrantes dentro da academia.

A extensão universitária se apresenta, então, como resultado da articulação com o ensino e a pesquisa, como instância capaz de identificar, fortalecer e legitimar o papel de universidade em sua relação transformadora entre universidade e sociedade (SANTOS, 2009, p. 55).

Para Siveres e Menezes (2013), o que se percebe é a inexistência, por parte do professorado e dos demais profissionais integrantes do Sistema Nacional de Ensino Superior, de uma noção clara a respeito do que é a extensão universitária, o seu verdadeiro potencial, dentre muitos outros princípios referentes à extensão.

Contudo, é importante que todos envolvidos com o Ensino Superior, inclusive sua comunidade regional, percebam com mais clareza o que é a Extensão Universitária.

Os órgãos educacionais, pareceres dos fóruns de extensão e a própria legislação pertinente têm contribuído para elucidação deste tema.

O estudo sobre a extensão parte da necessidade nos princípios estabelecidos pela UNESCO e pela legislação brasileira e ainda nas produções do Fórum de Extensão das Universidades Comunitárias, que a Extensão Universitária é parte integrante da formação acadêmica e profissional do estudante universitário (SIVERES; MENEZES, 2013, p. 170).

Para uma melhor interação dialógica entre sociedade e meio acadêmico reforça-se a necessidade de busca, na sociedade, de direcionamentos e ações mais apropriadas que devam ser realizadas pelas Instituições de Ensino Superior. Assim,

percebendo-se a importância do papel da Extensão Universitária no contexto regional, nesta pesquisa há muitas análises teóricas e conceituais sobre ela.

Por fim, também se nota a necessidade de analisar a percepção do setor produtivo regional em relação à Extensão Universitária. Considerando a urgência em nossa sociedade atual de constante evolução e aperfeiçoamento profissional, educativo, científico e cultura, esta pesquisa faz uma necessária e direta relação entre a Extensão Universitária e suas contribuições para o desenvolvimento regional.

## **1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA**

Esta dissertação está organizada em seções.

A primeira seção apresenta a introdução, problema, objetivos, delimitação do estudo, relevância do estudo e a organização da pesquisa. Em seguida, há a revisão da literatura abrangendo os temas: Instituições de Ensino Superior; O papel das Instituições de Ensino Superior em um contexto regional; Responsabilidade Social; Extensão Universitária, Política Nacional de Extensão Universitária; Diretrizes de Extensão Universitária; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Regional do Médio Paraíba Fluminense. Na terceira seção, o método adotado, o tipo de pesquisa, população e amostra, instrumento, procedimentos de coleta de dados e de análise de dados. Na quarta seção, são apresentados os resultados e discussões. Na quinta seção, as considerações finais e encerra-se com as referências e anexos.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

O Ensino Superior e especificamente a Extensão Universitária carecem de constante reflexão. Há ainda multiplicidade de seus enfoques, ações e diferentes posicionamentos filosóficos. “A Extensão Universitária apresenta-se como um conceito em construção permanente, a cada momento, os fatos e as práticas indicam necessidade de novos rumos [...]” (SOUSA, 2010, p. 7).

Para Barbosa (2012), a Extensão Universitária caracteriza-se como um movimento no âmbito das universidades brasileiras cuja formação e desenvolvimento passaram por várias influências e diretrizes conceituais, apresentando uma caracterização ampla, dadas as especificidades e as complexidades que a acompanham. Para a autora, o desenvolvimento da Extensão Universitária foi basicamente influenciada por três movimentos: o das universidades populares, o do modelo de extensão norte-americano e do Manifesto de Córdoba, na Argentina, com o qual os discentes se apresentaram como protagonistas para o desenvolvimento da extensão.

Assim, por se tratar de um assunto complexo e relevante, verifica-se a necessidade de maior análise conceitual e, para melhor organização textual, o desenvolvimento dos conceitos básicos deste trabalho está apresentado em subtítulos da seguinte forma: Instituição de Ensino Superior, O Papel da Instituições de Ensino Superior em um contexto regional, Responsabilidade Social, Extensão Universitária, Política Nacional de Extensão Universitária, Diretrizes de Extensão Universitária, Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Regional do Médio Paraíba Fluminense.

A conceituação e análise das questões levantadas acima estão desenvolvidas separadamente nos subtítulos a seguir.

## 2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A Instituição de Ensino Superior, muito citada neste trabalho por meio do acrônimo IES, tem sido estudada e reestruturada frente a novas realidades trazidas pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Nas visões de Plonski (1998), as IES podem ser: Faculdades isoladas, Universidades ou Centros Universitários. Estas instituições podem ser públicas ou privadas. São orientadas para o ensino de nível superior público ou nível de ensino superior privado com foco na determinação das necessidades e desejos do público.

Para Sousa (2010), pode-se considerar que o prelúdio do Ensino Superior no Brasil foi implantado em 1549 com a chegada dos Jesuítas, quando houve a implantação do Curso de Teologia. Desde então, As IES sofreram muitas mudanças, e, em um passado mais recente, tinham maior preocupação com a formação de mão de obra para o setor produtivo.

Nesse processo, para Vargas (2013), foi somente a partir de 1930 que surgiu a moderna universidade no Brasil, como a USP (Universidade de São Paulo) em 1934, seguida pela UDF – (Universidade do Distrito Federal), em 1935. Ambas com a necessidade de adaptar o sistema elitista de ensino praticado às demandas populares. A autora ainda ressalva que a chamada Reforma Universitária Lei n.º 5.540, de 1968, é que estabelece a vinculação de três importantes elementos: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino vincula-se ao acesso privilegiado aos campos da cultura universal e das ciências; a pesquisa com a produção do saber e cabem à pós-graduação e à extensão, as atividades de divulgação do saber e da extensão de serviços à comunidade.

Para Reis (1992), a abertura política do Brasil a partir de 1985 influenciou a forma de se pensar em Universidade. Nessa época, ela precisava começar a ser mais sensível às diferentes necessidades da população. Esse compromisso com a sociedade passou a ser um norte para as atividades de Extensão e começou-se a pensar sobre ela como um instrumento articulador entre ensino e pesquisa.

Na década de 1990, outro grande destaque é a criação da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, Lei nº 9.394/1996, que também regulamenta ações e



finalidades do ensino superior, incluindo sua obrigação social por meio das atividades de Extensão:

Art. 52º. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I- produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

As principais finalidades do ensino superior também são estabelecidas por esta lei, Art. 43º:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As citações anteriores referem-se a Universidades e Instituições de Ensino Superior, mas em outras citações, aparecem os termos Faculdades e Centros Universitários. Nesse ponto, portanto, cabem algumas especificações sobre as principais diferenças entre essas terminologias.

Em relação ao termo Universidade, pode-se destacar que esta é um tipo de “instituição pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, que se caracteriza pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e goza de autonomia financeira, administrativa e acadêmica” (FOREXP,2004, p.82).

Instituição de Ensino Superior é um termo abrangente que engloba universidades faculdades e centros acadêmicos.

Faculdades são instituições de educação superior que ministram um ou mais cursos de graduação podendo oferecer também um ou mais cursos sequenciais, de extensão e de especialização. As faculdades integradas são um conjunto de instituições ou de unidades de educação superior agregadas a uma única organização acadêmica, ministrando cursos de graduação, podendo ministrar também um ou mais cursos sequenciais, de extensão e especialização (FOREXP,2004, p.53).

Ainda para o fórum citado, o centro universitário é uma instituição de educação superior pluricurricular, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, deve oferecer ensino de excelência, oportunidades de qualificação para o corpo docente, bem como condições de trabalhos acadêmicos devem ser oferecidas à comunidade escolar.

Para Vargas (2013), as Universidades são diretamente vinculadas à ciência uma vez que, para seus membros, a ciência é um problema que nunca pode ser completamente resolvido.

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelece algumas características específicas sobre as Universidades. Primeiramente elas se caracterizam pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Também ofertam mestrado ou doutorado. São diferentes dos Centros Universitários, os quais são multicurriculares, e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, inclusive pela qualificação de seu corpo docente.

Retomando-se à Lei nº 9.394, os Centros Universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. Assim, em termos de atividades fins.

As Faculdades e Centros Universitários, entendem que tais Instituições têm alcance menos extenso que a universidade, uma vez

que não se estruturam para a produção de ciência e limitam-se à transmissão de conhecimentos prontos, o que as tornam instituições superiores voltadas para a formação de profissionais (VARGAS, 2013 p.26).

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, apresenta ainda que as Instituições de Ensino Superior podem ser: Instituições públicas (federais, estaduais e municipais) ou Instituições privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (sem fins lucrativos) ou Instituições particulares (empresariais), sendo empresas particulares individuais ou coletivas que visam ao lucro. No entanto, mesmo sendo de iniciativa privada, estas instituições, podem receber subsídios públicos.

Somente pode se dizer que se trata de uma Universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes elementos, certamente há ensino superior, todavia não há universidade. O que remete a conclusão de que em muitos países, a esmagadora maioria das Universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são Universidades, porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação (VARGAS 2013, p. 20).

Neste contexto, percebe-se que a classificação de Universidade ainda carece de reflexões e conscientização por parte da sociedade, especialmente, em relação às características que diretamente interessam à população.

### **2.1.1 O papel das Instituições de Ensino Superior em um contexto regional**

Nota-se que a maior preocupação do governo federal é com a Educação Básica. No entanto, muito se fala da necessidade de melhoria de todos os níveis educacionais no país. Sabe-se que os efeitos da universidade são de grande relevância para o processo de desenvolvimento de uma região ou da nação.

O papel de uma IES como agente de fomento ao desenvolvimento regional fica caracterizado pelas transformações de ordem econômica e social que ocorrem a partir da sua instalação em determinada região. Sua presença traz mudanças significativas aos meios instrumental e organizativo que levam ao crescimento intelectual coletivo e a melhoria das condições de vida da população (VITORINO, 2011, p. 26).

Assim, dentre muitos papéis desempenhados pelas Universidades no Brasil, pode-se destacar, segundo Silveira (2013, p. 85), que “as Universidades podem desempenhar um papel determinante no processo de desenvolvimento regional, que ultrapassa a mera condição de formadoras de profissionais para o mercado de trabalho”.

Para Nogueira (2005), as contribuições e o papel social da universidade são facilitados e realizados pela extensão, pois, por meio dela, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem legalmente cumprir seu compromisso social, indo além das atividades precípua relacionadas à sua atividade-fim por meio de seus cursos regulares.

As universidades podem fomentar o crescimento econômico de suas regiões. Elas têm grande poder “na medida em que produzem conhecimento - um ativo extremamente valioso e importante para o processo de inovação – que pode ser transferido para as empresas”, Silveira (2013, p. 85). Portanto, o papel da universidade é de grande relevância para o desenvolvimento empresarial e individual que geram desenvolvimento regional.

As IES como instituições sociais podem constituir-se num importante espaço de articulação e ação na minimização das desigualdades sociais, promovendo a inclusão dos indivíduos e o desenvolvimento regional. Para tal, é fundamental que as ações das IES não se limitem ao espaço isolado de sala de aula, mas sim que se abram ao diálogo, ou seja, estabeleçam um processo dialógico de interlocução com a comunidade (SOUSA; CARNIELLO; ARAUJO, 2011, p.02).

Percebe-se que muitos países economicamente desenvolvidos são entusiastas em investimentos no setor educacional e conseqüentemente na produção científica. Em termos de desenvolvimento de uma nação, deve-se pensar também em desenvolvimento de base. Nota-se a importância da valorização do ensino dentro de um esforço conjunto de integrar, cada vez mais, a universidade em sua microrregião.

A concretização desse engajamento regional enfrenta os mais variados obstáculos, que vão desde a adequação do ensino e da pesquisa às percepções e necessidades do mercado de trabalho local até as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior, sendo que este último obstáculo está

intrinsecamente relacionado aos seus compromissos incompatíveis e mesmo a políticas públicas difusas (SILVEIRA, 2013, p.85).

Sabendo da importância da relação universidade/região pode-se atentar por articulações e parcerias. “Uma parceria de sucesso depende fundamentalmente da compreensão mútua - entre universidades e autoridades regionais - acerca do papel que cada um desempenha na região” (SILVEIRA, 2013, p.85).

Assim, a universidade pode atuar além de sua função de formação na Graduação, abrindo suas portas para as necessidades de atualizações profissionais e enriquecimento cultural regional que podem ser supridas através dos cursos e ações de Extensão Universitária, essas como um importante instrumento de responsabilidade social das Universidades.

## **2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O entendimento tradicional a respeito da função social das empresas era o de geração de remuneração e riquezas para seus acionistas. Mas, em uma nova e moderna concepção, a função da Responsabilidade Social das empresas vem ganhando importância no quesito organizacional e modificando este pensamento.

Em muitos casos, uma atuação socialmente responsável é confundida com práticas assistencialistas ou filantrópicas. Nesse ponto, faz-se necessário esclarecer que a principal característica da filantropia é a de ação estratégica, uma vez que tem a publicidade como pano de fundo. Por outro lado, não se deve confundir a responsabilidade social com mero assistencialismo.

Para Ramminger (2001), o assistencialismo no Brasil é a prática de resolver alguns problemas pontuais de ordem geralmente econômica. Isso cria a dependência real de quem é assistido. Em perspectiva crítica, em relação à exacerbação do assistencialismo, a autora considera que estas ações são basicamente prejudiciais.

Dentre muitas concepções de responsabilidade social, destaca-se a que se baseia na conscientização dos trabalhadores e proprietários em relação à necessidade de sua prática, quanto a isso, versa Vallaey (2006, p.4):

Entendemos a responsabilidade social empresarial como a ação conjunta de toda a empresa, conscientizada (trabalhadores, diretoria e proprietários) de seu papel como unidade de negócio que agrega valor e que subsiste em um espaço em que obtém lucros. Conscientização no plano social (de ajuda aos mais desfavorecidos e de respeito aos consumidores), ambiental (de sustentabilidade e responsabilidade em relação ao meio ambiente) e econômico (de práticas fundadas na confiabilidade, transparentes no manejo de suas finanças e de investimentos socialmente responsáveis).

De acordo com Bhattacharyya et al (2008), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pode ser considerada, resumidamente, em uma organização, uma estratégia que deve estabelecer uma relação de ganhos para a organização e para a sociedade. Para isso, há que se fazer uma busca constante de sustentabilidade para esses grupos. Por outro lado, as atitudes responsáveis, por parte das empresas, podem incrementar as vendas de produtos ou serviços e abrir novos mercados. O autor ainda discorre que o engajamento de uma empresa em questões ambientais e sociais contribui também para o seu posicionamento em um determinado nicho de mercado e, inclusive, para o posicionamento de sua marca.

O Indicador do Instituto Ethos (2010, p.25) busca colocar parâmetros conceituais com metas de sustentabilidade para a responsabilidade social, de modo que assim, ela possa se tornar constante em nossa sociedade.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresarias que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Reiterando o que já foi mencionado neste texto, uma das formas de se verificar a responsabilidade social na IES é por meio da Extensão Universitária. Nota-se entre o estudante acadêmico e as Instituições de Ensino Superior uma relação muito além da mera aquisição de um produto ou serviço. Freire (1998) faz uma importante reflexão ao lembrar que não há ensino sem aprendizagem. Nota-se, portanto, uma relação de cumplicidade, um lado se apoia no outro. Assim, a realização da responsabilidade social na Universidade pode favorecer a sociedade,

enquanto essa pode contribuir com a geração de conhecimentos para a universidade.

As ações de responsabilidade social nas IES foram pensadas no Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária em seu documento de Política Nacional de Extensão Universitária.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (FORPROEX, 2012, p.88).

Assim, a responsabilidade social empresarial implementa ações benéficas à sociedade, ao passo que também pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento empresarial, considerando que as ações sociais aproximam as empresas da sociedade.

### **2.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

O conceito de Extensão Universitária tem sido desenvolvido por meio de um longo processo.

A ideia de que a instituição acadêmica tem uma função ou papel social acumprir esteve presente desde a fundação das primeiras Universidades, no século XII, sendo fator de conflito e tensão no relacionamento desta com o Estado e a Sociedade (SANTOS, 1973, p.2).

Não obstante, o conceito de Extensão Universitária, delimitando-se dentro da realidade brasileira, de início, não foi visto pelo lado do cumprimento de uma função social do Estado e sim como forma de modernizar o país e desenvolvê-lo através da formação de mão-de-obra.

No Brasil, a criação de IES sempre esteve associada à ideia de modernização. Inicialmente mantidas e controladas pelo Estado, elas atendiam a demandas pontuais de formação de mão-de-obra e

foram, aos poucos, vinculadas ao 'ideal' de levar o país à 'modernidade do primeiro mundo' por promoverem o desenvolvimento da cultura, da ciência e da tecnologia (C&T) (MENEQUEL, 2001, p.16).

Para Souza (2010), no Brasil, a extensão universitária surge oficialmente a partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, quando Francisco Campos lançou o "Estatuto da Universidade Brasileira". O que se percebe é que ela é um reflexo científico da universidade. O conhecimento ainda sob uma visão de depósito, ou seja, "passado" de forma vertical, considerando a universidade como instituição detentora do saber.

Na década de 30, a extensão obteve uma relativa progressão em termos de legislação. Naquele momento, houve uma forte ligação entre a extensão e a formação do cidadão para o mercado de trabalho. Houve um decreto dessa época estabelecendo que "Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias [...]" (BRASIL, 1931).

O decreto também sugere modos e procedimentos, de forma a padronizar as atividades de extensão.

A Extensão Universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário (BRASIL, 1931).

Para Sousa (2010), na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases LDB 5.540/68 foi lançada alterando a concepção de Extensão Universitária, pregando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, visando a melhoria das condições sociais brasileira.

No entanto, Barbosa (2012) percebe a crítica de alguns autores sobre este entendimento da concepção de extensão determinada pela Lei 5.540/68, constatando que: "Entender a extensão apenas enquanto promoção de cursos ou apenas como prestação de serviços é restringi-la a um nível que a impede de alcançar sua dimensão acadêmica".

A constituição de 1988, em seu artigo 207, reforça alguns princípios fundamentais da Extensão Universitária ao registrar o "Princípio de



indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL,1988) que deve reger as Universidades Brasileiras.

A Lei 9394/96, no artigo 43, Incisos VII, versa que a Educação Superior também tem por finalidade a promoção da Extensão, especialmente, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica.

Ainda nessa lei, e, especificamente, em seu inciso V, percebe-se que uma relevante finalidade da educação superior consiste em: “permanente aperfeiçoamento cultural e profissional” (BRASIL,1996) e “estimular o conhecimento dos problemas nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL,1996).

Percebe-se que houve uma progressiva evolução dos fundamentos de extensão por parte dos órgãos legisladores. Posteriormente, há outras formalizações de leis e decretos específicos para as atividades de Extensão Universitária, como por exemplo o decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, que institui o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que trata da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária no Brasil.

Os construtos legais evoluíram conforme a percepção da importância do entendimento sobre as ações de extensão. Para Sousa (2010), a conceituação de extensão universitária é um exercício difícil, pois a questão primária de sua concepção está sempre em rumo a outras formulações. No entanto, houve um avanço nos anos 70.

[...] é recomendável lembrar a proposição desafiadora de Freire (1977) que defendia a extensão como um processo comunicativo, a proposta de Botomé (1996), para quem a extensão é uma possibilidade concreta de acesso ao conhecimento, bem como a construção conceitual do Fórum das Instituições Públicas que compreendem a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, Nogueira (2000) (SIVERES; MENEZES, 2013, p.26).

O Ministério da Educação elaborou a “Política de Extensão Universitária”, que propunha a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade.

Sabendo-se de muitas dificuldades históricas, este texto, ao perfazer os múltiplos caminhos para a conceituação de Extensão Universitária, procura se nortear à conceituação elaborada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão, considerando a importância deste órgão especialista na elaboração de princípios para a extensão.

Para Sousa (2010), o fórum preocupou-se em gerar um conceito para a Extensão a partir de conceitos já construídos, mas que fossem aplicáveis como um dos componentes do tripé acadêmico instituído na LDB de 1968 (composto por Ensino, Pesquisa e Extensão). Quanto a isso, o fórum menciona que: “[...] Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 42).

Para Boff (1986), o agente que vai trabalhar com o povo, desempenhando-se uma função pedagógica, deve ter como finalidade essencial reforçar o poder do povo rumo à autonomia, assim, faz o aprendiz como sujeito ativo de sua própria história.

Para Freire (1998), o ato de educar apresenta um caráter eminentemente político, uma forma de intervenção no mundo. “Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (FREIRE, 1998, p.14). Assim, o educador deve sempre estimular a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Neste campo, A extensão universitária pode possibilitar a passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”.

O Ministério da Educação (2012) adota um conceito institucional semelhante ao apresentado pelo fórum ao entender a Extensão como o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

Além das definições dos órgãos governamentais e considerando a dinâmica das Instituições de Ensino Superior financiadas com os recursos das mensalidades de seus alunos, pode-se notar que:

A extensão universitária pode ser definida como uma das três atividades universitárias, portanto uma atividade acadêmica, assim

como o ensino e a pesquisa, que possibilita, um processo de interação entre universidade como um todo – incluindo sua estrutura gerencial – e os três grandes setores da sociedade (Estado, sociedade civil e mercado), visando estabelecer um processo de retroalimentação que possibilita não só a socialização e democratização dos conhecimentos produzidos, mas também, e principalmente, a formação cidadã dos recursos humanos que o país precisa para seu desenvolvimento (CALDERÓN, 2011, p.27).

O FORPROEX também sugere que a Extensão Universitária deve ser conduzida no sentido de desenvolvimento da responsabilidade social por parte das IES. Sousa (2010) relata outra preocupação do fórum, a de verificar que o conceito de extensão não deve ser aceito como uma construção definitiva, pois está sempre prescindindo da necessidade de ser revisto e avaliado conforme a necessidade da universidade, do setor produtivo e da sociedade.

Ainda de acordo com o FORPROEX (2012, p. 42), a Extensão Universitária pode ser classificada dentro das seguintes áreas: “Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho”. A classificação destas áreas traduzem-se em uma tentativa de facilitar o entendimento sobre a Extensão e suas atribuições.

Para Rodrigues (2007), a Extensão Universitária comunica-se com a sociedade por meio da integração entre teoria e prática e permite possibilidade de transformação social quando há um diálogo entre a comunidade, o ensino e a pesquisa.

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em "seres para outro" por homens que são falsos "seres para si." É que o diálogo não pode travar-se em uma relação antagônica (FREIRE, 2006, p. 43)

O Fórum de Reitores de Extensão ainda destaca que “Não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo” (FORPROEX, 2012, p.80). Em outras palavras

Fica claro que a extensão universitária tem como responsabilidade precípua efetivar as relações sociais da universidade com seu meio, de modo tal a fazer dela uma instituição realmente social e comprometidas com as necessidades sociais de seu tempo (SOUSA, 2010, p. 120).

Para Sousa, Carniello e Araujo (2011) a responsabilidade social da universidade, realizada por meio da extensão universitária, pode proporcionar a aproximação cada vez maior das pessoas ao saber acadêmico, em trocas com benefícios para ambos. Completando este raciocínio pode-se notar que

[...] a Universidade deve responder às novas demandas, reinventando práticas, gerando conhecimentos que possibilitem e visem à construção de um futuro melhor para todos. [...] Numa perspectiva de comunicação dialógica, a tarefa da extensão é dialogar dentro e fora da universidade. O diálogo pressupõe uma abertura à mudança. Dificilmente um diálogo acontece, quando só uma parte de quem dialoga modifica-se (SIVERES; MENEZES, 2011, p. 57).

Por outro lado, percebe-se que a “extensão não é a ação social da universidade, ou pelo menos não deveria ser como pode parecer nesse contexto de mercantilização da educação” (SIVERES; MENEZES, 2011, p. 289). A extensão é o diálogo da universidade com a comunidade.

No que se refere ao campo profissional, a Extensão Universitária também pode promover muitas ações como a atualização profissional de forma rápida e ao mesmo tempo, pode tornar-se uma via de mão dupla ao apreciar os saberes trazidos pelos indivíduos.

A universidade deverá mergulhar no processo de produção de conhecimento que corre no interior dos processos sociais e produtivos e trazê-los para fora de si mesma com o intuito de reconstruí-los e devolvê-los para a sociedade, quer através de pesquisas, quer através da extensão, quer através do ensino (SOUSA, 2010, p. 131).

Freire (2006) chama a atenção para certas acepções do termo extensão que podem tornar-se “antidialógica”. Isso, se a extensão for vista apenas como transmissão, messianismo, invasão cultural, transformando o homem em coisa e não em um ser de transformação do mundo.

Para Rodrigues (2007), a Extensão Universitária representa uma boa integração entre teoria e prática e uma possibilidade de transformação social quando busca um diálogo entre comunidade, ensino e pesquisa. Antes disso, outros autores já vislumbravam ações de extensão semelhantes.

[...] pesquisa, ensino e extensão são atividades (instrumentos, condições ou meios) através das quais (ou nas quais) se realizam os objetivos (funções, atribuições) da Universidade [...] que propõem ações do tipo libertar o homem da ignorância e superstição, promover a igualdade social, promover a participação popular, promover a cultura. Tais classes de ações, por sua amplitude e generalidade, não definem o que é o fazer específico da Universidade. Muitas, se não todas as instituições sociais tem essas mesmas missões ou objetivos (BOTOMÉ, 1996, p. 38).

Dentre as principais concepções de extensão, nota-se que Barbosa (2012, p.23), acrescenta que “a extensão se configura como algo além da união entre a universidade e a sociedade, sendo a universidade uma realidade social e política, na qual expressa a sociedade a que pertence”.

Resumindo, a Extensão Universitária deve ser um instrumento atuante para uma Universidade com ênfase em problemas sociais e com o objetivo de tentar soluções através de pesquisas, intervindo também na realidade concreta (FORPROEX, 2012).

Para Sousa; Carmello e Araujo (2011), em relação ao contexto da responsabilidade social, a extensão universitária estabelece uma relação de reciprocidade da IES com a comunidade por meio de parcerias com o poder público, voluntários, empresas, comunidade e organizações não governamentais. Desta forma, pretende-se a formulação de soluções aos problemas sociais e a transformação concreta da sociedade.

Assim, a extensão universitária, em sua função de responsabilidade social da universidade, assume papéis abrangentes na sociedade, indo além de mera responsabilidade social e atingindo papel de agente de transformação e de desenvolvimento social. Proporciona uma ligação mais estreita entre saberes acadêmicos e saberes apropriados pela comunidade regional.

As culturas aumentam a probabilidade de sobrevivência de seus membros quando estes desenvolvem um processo de educação global, quando alargam a instrução recebida e quando planejam o

conjunto instrucional, atendendo às necessidades do grupo. (ARAUJO, 2008, p.26).

Por tudo isso, para Siveres e Menezes (2011) a extensão universitária não só aponta para as novas fronteiras da sociedade contemporânea, como também amplia as fronteiras, no sentido de uma maior e mais sustentável inclusão social, democratização do conhecimento científico, expansão da democracia participativa e por fim, proporciona o intercâmbio de saberes, algo tão relevante em nossa sociedade atual.

### **2.3.1 Política Nacional de Extensão Universitária**

De acordo com Sousa (2010), com a constituição do Fórum de Pró-reitores de Extensão, houve a possibilidade de conhecer mais e entender melhor sobre a Extensão Universitária. A Universidade Brasileira precisava de uma conceituação que possibilitasse nortear sua prática. Por essa necessidade surgiu a Política Nacional de Extensão Universitária, com objetivos de se firmar compromissos em relação a conceitos, princípios, diretrizes e metas da Extensão Universitária no Brasil.

Uma das principais conclusões vislumbradas pelos fóruns é a de construção e aprimoramento contínuos das ações extensionistas por parte das universidades, resguardando, assim, seu direito de autonomia e sendo aberta a um diálogo, tendo em vista a necessidade regional.

Com bases na Política Nacional de Extensão Universitária, docentes e discentes universitários e técnico-administrativos podem sugerir novos conteúdos e portfólio de Extensão Universitária.

Para Barbosa (2012), foram estabelecidas no Plano Nacional de Educação, na Lei no. 10.172, as metas para o Ensino Superior e foi definido, para a extensão, que:

Todas as Instituições Federais de Ensino Superior deveriam implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão, estabelecendo-se que 10% dos créditos curriculares fossem

reservados para a participação dos graduandos em ações de extensão (BARBOSA, 2012, p. 33)

Medidas como estas, são reflexos do trabalho motivado pelas políticas nacionais de Extensão Universitária que, além de proteger as ações impulsionadoras para a efetivação cada vez maior das atividades de Extensão, também visam à criação de novas ações. Tudo, com objetivo de aproximar ainda mais a relação entre universidade e sociedade.

### **2.3.2 Diretrizes de Extensão Universitária**

Para uma melhor implementação e formulação das ações de responsabilidade social das IES em Extensão Universitária, de forma que estas atendam as demandas acadêmicas e sociais e garanta a autonomia do Ensino Superior, há algumas diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX que visam esclarecer um pouco mais sobre o importante papel da Extensão na sociedade:

Interação dialógica; Indissociabilidade ensino – pesquisa – Extensão Universitária; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Impacto na formação do estudante; Impacto na transformação social (FORPROEX, 2012, p.46).

Segundo Sousa (2010), o FORPROEX preocupa-se em entender e explicar a Extensão Universitária, ainda segundo a autora, o fórum procura firmar compromissos em relação a conceitos, princípios, diretrizes e objetivos da Extensão Universitária no Brasil. A própria criação da Política Nacional de Extensão Universitária foi uma grande preocupação do fórum.

Isto porque com a Política Nacional de Extensão Universitária, as IES podem nortear todas ações de extensão sem deixar de considerar a realidade regional em que estão inseridas. No Plano Nacional de Extensão há 5 diretrizes básicas para as ações de Extensão Universitária, (FORPROEX, 2012, p.17):

1. Interação dialógica
2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade

3. Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão
4. Impacto na formação do estudante
5. Impacto e transformação social

A diretriz Interação Dialógica procura desenvolver um conhecimento em conjunto com a comunidade, assim, a Universidade não mais é considerada como a “detentora” do saber, na verdade ela pode e deve interagir com a sociedade para produção de conhecimento.

Ou seja, ela pode dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para isso, cabe-lhe buscar, junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios (NOGUEIRA, 2000, p. 19).

Dessa forma, a extensão deve ser compreendida também como um instrumento importante para auto-organização do sistema, como instrumento para as atividades autorreguladoras dos processos de ensino e pesquisa da Universidade, que retroage e realimenta não apenas a si mesma, mas todas as outras dimensões das instituições acadêmicas, facilitando o processo de formação dos sujeitos aprendentes. (SIVERES ; MENEZES, 2013 , p. 11).

Por outro lado, na diretriz Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão pode-se perceber inovações benéficas para a sociedade.

Há um novo conceito de ‘sala de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante – professor - comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo (FORPROEX, 2012, p.19).

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas buscam combinar especialização e visão holística. Assim, dentro desta visão, tenta-se relacionar cada vez mais a teoria com a prática “espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende” (FORPROEX, 2012, p.20).



A extensão será uma decorrência do ensino e da pesquisa, mas se a compreensão estiver pautada numa circularidade interativa com a vivência, a extensão torna-se um espaço de construção de conhecimentos significativos e de práticas sociais relevantes. Assim, a interação entre a ciência e a vivência, realizada na academia e na sociedade, pode fortalecer um projeto pedagógico e social, desencadeando um movimento de conectividade dialógica. (SIVERES; MENEZES, 2013, p. 33).

Na diretriz Impacto na formação do estudante, percebe-se que “a participação deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012, p.21).

Em relação à diretriz Impacto e Transformação Social o documento reserva que há

Um mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p.22).

O Plano Nacional de Extensão também propõe uma terminologia unificada para expressar o conteúdo de ações extensionistas chamadas de “áreas temáticas”, que são: Comunicação, Cultura, Direitos humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Segundo o Fórum de Extensão das Universidades Públicas do Brasil (2007), é preciso uma classificação para melhor sistematização da atuação da Extensão, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária. Os agrupamentos temáticos estão dispostos da seguinte forma.

Áreas Temáticas para classificação das ações de Extensão Universitária

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos Humanos e Justiça
4. Educação
5. Meio Ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia e Produção

## 8. Trabalho (FORPROEX, 2007, p.24)

A partir dessa classificação o órgão referendou que áreas temáticas deverão ser estruturadas nos três níveis: nacional, regional e local. Para cumprimento dessa meta, devem ser implementados alguns passos como a constituição, em caráter permanente, de comissão temática, composta de, pelo menos, um (a) coordenador (a) nacional e cinco coordenadores (as) regionais.

Além das áreas temáticas, o fórum também estabeleceu as Linhas de Extensão que substituiu a partir de 2006 a denominação anterior Linha Programática.

As linhas de extensão não são, necessariamente, ligadas a uma área temática, em especial. Por exemplo, ações relativas à linha de extensão “Inovação Tecnológica” podem ser registradas na área temática Saúde, ou Educação, ou Trabalho, ou mesmo Tecnologia, dependendo do tema em questão (FORPROEX, 2007, p.25).

As linhas programáticas citadas acima são compostas em 53 unidades e estão detalhadamente dispostas em um documento em anexo no final deste trabalho.

Considerando os temas e as linhas programáticas a serem desenvolvidos, o fórum também atenta para o fato da necessidade de haver ações de Extensão Universitária. Estas são as formas de operacionalização do trabalho, ou seja, a forma pela qual se efetiva na prática os construtos da extensão. As ações de extensão são classificadas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços.

Programa: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo (FORPROEX, 2007, p.25).

Os projetos de extensão são considerados pelo fórum como uma ação flexível e de caráter abrangente, pois é “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado” (FORPROEX, 2007, p.25).

Os cursos de extensão tomam inúmeras formas de organização, podendo ser longos, de curta duração, presenciais, à distância ou semipresenciais. Tem objetivos apropriados às necessidades das Instituições de Ensino Superior, assim como também se procura apropriá-los aos anseios sociais. O fórum estabelece classificações de curso visando melhor entendimento desse recurso de extensão.

<b>CLASSIFICAÇÃO DO CURSO</b> (classificar sempre nas três categorias I, II e III)		<b>DEFINIÇÃO</b>
I	Presencial	Curso cuja carga horária computada é referente à atividade na presença de professor / instrutor.
	A distância	Curso cuja carga horária computada compreende atividades realizadas sem presença/supervisão de professor / instrutor (as avaliações podem ser presenciais).
II	Até 30 horas	Curso cuja carga horária é de até 30 horas.
	Igual ou superior a 30 horas	Curso cuja carga horária é igual ou superior a 30 horas.
III	Iniciação	Curso que objetiva, principalmente, oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.
	Atualização	Curso que objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.
	Treinamento e qualificação profissional	Curso que objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas.
	Aperfeiçoamento*	Curso com carga horária mínima de 180h, destinado a graduados.
	Especialização*	Curso com carga horária mínima de 360h, destinado a graduados.

Quadro 1 - Classificação dos cursos de Extensão Universitária e definições  
Fonte: FORPROEX (2007)

Em relação à ação de eventos, o fórum estabelece que é um tipo de ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Para melhor visualização, o fórum também disponibiliza o Quadro a seguir.

<b>Classificação</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Congresso	Evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Observação: realizado como um conjunto de atividades, como mesas redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/workshops; os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registradas e certificadas como curso. Incluem-se nessa classificação eventos de grande porte, como conferência nacional de..., reunião anual de..., etc.

continuação...

continuação...

Seminário	Evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc.
Ciclo de debates	Encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de...
Exposição	Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.
Espetáculo	Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
Evento esportivo	Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
Festival	Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
Outros	Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanha.

Quadro 2 Classificação (tipos) de eventos e definições

Fonte: FORPROEX (2007)

Por meio da Extensão Universitária, podem-se acontecer inúmeras prestações de serviço à comunidade, perfazendo uma característica forte de promoção e responsabilidade social. Estas ações de extensão foram particularmente repensadas pelo fórum de reitores, que definiu um necessário Quadro classificatório para tais ações.

<b>Classificação</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM ESPAÇOS DE CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	
Espaços e Museus Culturais	Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.
Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia	Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.
Cineclubes	Atendimento ao público em cineclubes das IES.
Outros espaços	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
<b>SERVIÇO EVENTUAL</b>	
Consultoria	Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do Quadro, acerca de situações e/ou temas específicos.
Assessoria	Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do Quadro, graças a conhecimentos especializados.

continuação...

continuação...

Curadoria	Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do Quadro.
Outros	Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviços eventuais.
<b>ATIVIDADES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	
Depósito de Patentes e Modelos de Utilidades	Depósitos e registro de patentes.
Registro de Marcas e Softwares	Registro de marcas e softwares.
Contratos de Transferência de Tecnologia	Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.
Registro de Direitos Autorais	Registro de direitos autorais.
<b>EXAMES E LAUDOS TÉCNICOS</b>	
Laudos Técnicos	Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do Quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.
<b>ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL</b>	
Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
<b>ATENDIMENTO EM SAÚDE HUMANA</b>	
Consultas Ambulatoriais	Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde.
Consultas de Emergência e Urgência	Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).
Internações	Atendimento a pacientes internados.
Cirurgias	Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).
Exames Laboratoriais	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.
Exames Secundários	Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
Outros atendimentos	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
<b>ATENDIMENTO EM SAÚDE ANIMAL</b>	
Atendimentos ambulatoriais	Atendimento ambulatorial a animais.
Internações veterinárias	Assistência veterinária a animais internados.
Cirurgias veterinárias	Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais).
Exames laboratoriais e secundários em veterinária	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia; radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

Quadro 3 - Classificação (tipos) de prestações de serviço e definições  
Fonte: FORPROEX (2007).

Os quadros explicativos acima demonstram a preocupação do fórum dos reitores de Extensão Universitária quanto à amplitude de ações que podem ser desenvolvidas pela Extensão Universitária. Além da preocupação de expor o amplo ângulo de trabalho, há também uma preocupação didática, a fim de ensinar sobre as

formas de atuação destas ações, buscando torná-las o quanto mais relevante para a comunidade acadêmica e social que envolve as Instituições de Ensino Superior.

## **2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Desenvolvimento de uma região antes de tudo se caracteriza pela satisfação do indivíduo em harmonia com a satisfação coletiva. Neste sentido, percebe-se em análises de Souza, Carniello e Araujo (2011), que o desenvolvimento tem a ver, primordialmente, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão necessária para fazer as suas escolhas. Isto vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

Para Vieira (2009), o desenvolvimento é um processo social que deve englobar desenvolvimento econômico, político, social e cultural. No entanto, estes diferentes tipos de desenvolvimento sofrem relações hierárquicas próprias de cada sociedade. “O desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, de certo modo pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade” (VIEIRA, 2009, p. 19).

Neste contexto, dentro das concepções de desenvolvimento econômico e político, pode-se iniciar uma reflexão sobre desenvolvimento regional. Ainda citando Vieira (2009), o desenvolvimento regional passa pela questão cultural e de valores de determinada região, que vão se consolidando com o tempo e dando identidade a uma comunidade regional.

Assim, em se tratando de regiões, nota-se a importância de verificar conceitos mais específicos. Segundo Penna et al, 2006:

O desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo [...] o desenvolvimento regional tem diferentes aspectos ou óticas que devem ser considerados de forma conjunta como forma de geração de conhecimento, entendimento e resolução de problemas (p. 128).

Nota-se aqui que “O desenvolvimento de um país ou região depende de suas características próprias como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial população cultura e recursos naturais” (PENNA et al, 2006, p. 127).

Para Vieira (2009), ao se considerar um mundo com intensas relações econômicas globais, é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente no aspecto regional. É necessário incluir variáveis não econômicas para definir e quantificar desenvolvimento. E este, pode ser classificado dentro de quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas.

Por meio da interação dialógica com os setores produtivos, possibilitada pelas ações extensionistas, a Universidade toma conhecimento dos problemas, desafios e interesses dos setores referidos ao processo de acumulação e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País, o qual, por sua vez, tem, em contextos democráticos, efeitos positivos na qualidade de vida da população, inclusive dos setores de renda mais baixa e dos excluídos (FORPROEX, 2012, p. 27).

Uma microrregião pode ser considerada como uma importante unidade para a economia de uma nação. Assim, verifica-se a necessidade de cuidar das bases, de cada região e de suas peculiaridades, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região” (SANTOS, 1996, p.197).

Outro fator de desenvolvimento consiste em investimentos industriais. “As mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola [...] e menor dependência de recursos externos” (PENNA et al., 2006, p. 126).

Por outro lado, o domínio de conhecimento que acompanha a industrialização influencia fortemente o desenvolvimento de uma região criando melhores condições e diminuindo o tempo de espera para se alcançar melhores índices.

O progresso técnico – tanto sob a forma de adoção de métodos produtivos mais eficientes como sob a forma de introdução de novos produtos destinados ao consumo – e a correspondente aceleração no processo de acumulação (ocorridos principalmente na Inglaterra durante o século antes referido) permitiram que em outras áreas

crescesse significativamente a produtividade do trabalho como fruto da especialização geográfica (FURTADO, 1974, p.78).

No entanto, o desenvolvimento de uma região pode ser considerado de forma mais plena, ao se levar em consideração fatores que vão além do puro desenvolvimento econômico.

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais, que possibilite o aumento da população e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas uma melhor distribuição de recursos é capaz de harmonizar o desenvolvimento contribuindo para a melhora da qualidade de vida (VIEIRA, 2009, p.19).

As características de desenvolvimento apresentadas neste texto estão presentes na Região do Médio Paraíba Fluminense. A região é também objeto de estudo deste trabalho. Esta região, com uma localização privilegiada no eixo Rio e São Paulo, tem sido contemplada com um crescente desenvolvimento, em decorrência, principalmente, de sua histórica implantação industrial. Assim, o próximo texto preocupa-se em analisar e descrevê-la um pouco mais.

#### **2.4.1 Desenvolvimento Regional do Médio Paraíba Fluminense**

Para Vieira (2009), conceituar o termo região é um processo que abrange muitas dificuldades, pois para construção do conceito é necessário levar em conta um grupo de fatores como espaço físico, ambiental, cultural, econômico e políticos. Ou seja, é preciso conhecer o processo histórico, indo além de uma questão geográfica.

Considerando o contexto histórico, a Região do Médio Paraíba Sul Fluminense tem recebido muitas influências causadas por migração. A população tem crescido nos últimos anos, recebendo pessoas vindas de regiões vizinhas, como Sul de Minas Gerais e Leste paulista e ainda recebe imigrantes vindos de diferentes países, devido à implantação de muitas empresas multinacionais de origem estrangeira.



A Região do Médio Paraíba Fluminense é constituído por duas microrregiões geográficas do IBGE e que foram integradas pelo governo estadual. São elas: a Microrregião do Médio Vale do Paraíba que é constituída pelos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí, Itatiaia, Porto Real, Resende, Quatis, Rio Claro e Pinheiral e a Microrregião de Barra do Piraí que é composta pelos municípios de Barra do Piraí, Valença e Rio das Flores.

Tabela 1 – População 2010

<b>POPULAÇÃO POR REGIÃO E MUNICÍPIOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	<b>QUANT.</b>
<b>Região Médio Paraíba</b>	<b>855.193</b>
Volta Redonda	257.803
Barra Mansa	177.813
Resende	119.769
Barra do Piraí	94.778
Valença	71.843
Itatiaia	28.783
Piraí	26.314
Pinheiral	22.719
Rio Claro	17.425
Porto Real	16.592
Quatis	12.793
Rio das Flores	8.561

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2016)

Como mostra a Tabela 1, a região do Médio Paraíba Fluminense, no censo de 2010, já acumulava 855,193 habitantes, sendo ainda considerada uma região com cidades que possuem médio e alto nível de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma segundo PNUD 2016.

Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de

iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Ainda que a região possa ser considerada geograficamente pequena, não há um índice homogêneo de desenvolvimento. Verifica-se que somente alguns municípios dentro da região é que apresentam grande dinamismo econômico e modernização tecnológica, enquanto seu entorno, geralmente formado por pequenos municípios, continua tendo estruturas econômicas atrasadas (FAURÉ et al, 2008, p. 43).

No setor industrial podemos destacar os municípios que constituem o vetor de concentração inicial, como Barra do Piraí, Barra Mansa e Volta Redonda, assim como os novos eixos de industrialização, como Resende, Itatiaia e Porto Real. Contudo, o setor terciário vem se expandindo rapidamente e incorporando cada vez mais a força de trabalho, transformando as cidades em verdadeiros centros de comércio e prestação de serviços. Juntamente, o setor informal vem se mostrando como grande alocador de mão-de-obra, tendo em vista a lógica atual de produção com base em contratos temporários, flexibilização e cortes de postos de trabalho (FUSCO, 2005, p. 5629).

Retomando a análise sobre a história da Região do Médio Paraíba Sul Fluminense, pode-se perceber que, assim como na maioria das regiões brasileiras, o desenvolvimento desta região foi marcado por muitos problemas econômicos.

O período compreendido entre o início dos anos 80 e a metade dos anos 90 foi marcado por profunda crise econômica, social e institucional e ficou conhecido como período do Rio de todas as crises [...] houve crescimento pífio da indústria fluminense apenas 6,4%, queda da participação do estado do Rio no PIB nacional, quase perdendo o status de segunda economia do país (FAURÉ et al, 2008, p. 13).

A presença física do estado no território carioca por meio do aparelhamento estatal foi importante para a captação de diversas empresas e instituições públicas e privadas que se estabeleceram no estado do Rio de Janeiro (FAURÉ et al, 2008, p.

35). Verifica-se também que a indústria extrativista no final dos anos 90, contribuiu para a retomada do poder econômico fluminense.

A indústria atua como grande impulsionadora de outras atividades produtivas em outras regiões do estado do Rio de Janeiro, como a indústria naval e petroquímica. Isto é uma prova de que o crescimento de atividades localizadas no interior tem promovido não só a saída para a crise fluminense, mas também possibilitando inclusive uma dinamização até mesmo na economia metropolitana (FAURÉ et al, 2008, p. 35).

Os municípios nem sempre conseguiram acompanhar o mesmo ritmo de reabilitação econômica, e assim, foram surgindo algumas microrregiões específicas com suas próprias dinâmicas de desenvolvimento.

No setor industrial podemos destacar os municípios que constituem o vetor de concentração inicial, como Barra do Piraí, Barra Mansa e Volta Redonda, assim como os novos eixos de industrialização, como Resende, Itatiaia e Porto Real. Contudo, o setor terciário vem se expandindo rapidamente e incorporando cada vez mais a força de trabalho, transformando as cidades em verdadeiros centros de comércio e prestação de serviços. Juntamente, o setor informal vem se mostrando como grande alocador de mão-de-obra, tendo em vista a lógica atual de produção com base em contratos temporários, flexibilização e cortes de postos de trabalho (FUSCO, 2005, p. 5629).

Assim, algumas cidades se sobressaem, mesmo assim, devido suas proximidades geográficas em relação a outras cidades, acontecem influências impulsionadoras e positivas para as que estão em nível inferior de desenvolvimento.

A Região do Médio Paraíba onde se sobressai Volta Redonda, o grande pólo siderúrgico do estado e um dos principais do país. Em Resende, o destaque fica por conta da fabricação de caminhões e ônibus (72,0%) e a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (7,8%). O mesmo ocorre no Município de Porto Real onde a participação na fabricação de automóveis, camionetas e utilitários e a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores correspondem a 85,0% da produção industrial do local. (BOLETIM CEPERJ, 2014, p.23)

A indústria de beneficiamento juntamente com a indústria de transformação e automobilística na região sul fluminense tonaram-se bases para a construção de seu desenvolvimento regional.



Figura 1: Estrutura Industrial do Médio Paraíba / 2008 a 2014.  
Fonte: BOLETIM CEPERJ, 2014, p.23.

Considerando este cenário de desenvolvimento, percebe-se nesta específica região uma colaboração industrial voltada para indústria de transformação e artefatos de aço, além de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.

Este cenário é composto por “ilhas de crescimento” [...] a região do médio Paraíba, com Volta Redonda, como um tradicional centro industrial do estado do Rio de Janeiro, devido a indústria siderúrgica capitaneada pela CSN, e em menor escala com Resende e Porto Real que abrigam grandes investimentos no setor automobilístico, respectivamente com unidades da Volkswagen e Peugeot-Citröen (FAURÉ et al, 2008, p. 43).

Deste modo, culmina-se para a localidade, uma vocação industrial metalúrgica e automobilística.

Para complemento das ações fabris das montadoras, toda uma cadeia de fornecedores instalou-se nos arredores, de acordo com o princípio da concentração espacial da indústria, seguindo a ideia de que quanto mais as indústrias se instalam nas proximidades, melhores são seus processos e maiores serão seus lucros, pois terão dispêndios menores no transporte de seus insumos e também aumentarão sua capacidade de serem responsivas ao mercado ou a alguns de seus pedidos ou processos (NASCIMENTO, 2015, p. 60).

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal acompanha o desenvolvimento socioeconômico com base em três áreas fundamentais para desenvolvimento humano: Educação, Saúde e Emprego e Renda. Na edição de 2015 do IFDM que corresponde aos anos de 2013 e 2014, os municípios de Resende e Volta Redonda se destacaram ao exibirem alto desenvolvimento (IFDM, 2015, p. 1):

A região se destacada nos indicadores de Saúde básica. Dos 10 melhores municípios em Saúde do Rio de Janeiro, sete são da região Sul: Rio Claro (0,9387), Piraí (0,9160), Pinheiral (0,9083), Porto Real (0,9059), Barra Mansa (0,9023), Volta Redonda (0,9020) e Angra dos Reis (0,8956). Destes, seis figuram na lista dos 500 maiores índices de saúde registrados no país. Em relação ao IFDM Educação, o Quadro também foi positivo, com sete (41,2%) municípios com alto desenvolvimento e 10 (58,8%) com desenvolvimento moderado, não havendo na região, portanto, municípios nas faixas mais baixas de desenvolvimento. A vertente Emprego&Renda, apesar ser a única para a qual foram registradas cidades com desenvolvimento regular no Sul Fluminense (8 municípios, 47,1% da região), mostrou alguns destaques quando comparada ao desempenho dos demais municípios do Estado e do País: o município de Resende foi o primeiro colocado no ranking de Emprego&Renda do Rio de Janeiro, figurando entre os 100 maiores do país. Além dele, Itatiaia e Porto Real figuraram dentre os 500 maiores IFDM Emprego & Renda do Brasil.

Desde modo verificamos que a região do Médio Paraíba Fluminense está em pleno desenvolvimento. Há, portanto, uma recuperação econômica motivada pela indústria, o que a eleva a um status de relativa independência. No entanto, segundo Lima (2010), o estado deve agir na economia, especialmente gerando políticas que minimizem as consequências dos tempos de crise e, em especial, com políticas de redução do desemprego e de proteção aos menos assistidos.

### **3 MÉTODO**

Por meio da pesquisa pode-se procurar sanar ou refletir sobre dúvidas e muitas outras indagações para as quais a pesquisa se destina. No entanto, Marconi e Lakatos (2007) consideram que a pesquisa científica é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, e que deste modo, requer um tratamento científico para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Para um adequado tratamento científico, as pesquisas que fundamentam este trabalho podem ser classificadas sob múltiplas formas, as quais podem variar de acordo com o enfoque de cada autor.

Neste trabalho, as características do método são classificadas quanto ao tipo de pesquisa, sua área de atuação, quanto a população e amostra, instrumento, procedimento de coleta de dados, fase documental, fase da pesquisa de campo, procedimento de análise de dados, análise de dados documentais, análise de dados de campo e consolidação das análises de dados.

Para melhores esclarecimentos sobre o método de pesquisa adotado neste trabalho científico, cada característica metodológica está descrita nos subtítulos a seguir.

#### **3.1 Tipos de pesquisa**

Os critérios para a classificação dos tipos de pesquisa podem variar de acordo com o enfoque do autor pesquisador.

Segundo Marconi e Lakatos (2007) a divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologia, situações, e objetivos de estudo.

O método utilizado para a realização desta pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa, nível descritivo e o delineamento é de levantamento de dados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa deste trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo. Segundo Vergara (2006), este tipo de pesquisa se propõe a descrever as características de uma comunidade de forma detalhada.

Quanto ao procedimento técnico, utilizou-se a pesquisa campo e com caráter documental, pois, realiza levantamento de dados que foram solicitados diretamente de um grupo específico de indivíduos. Conforme Oliveira (2000, p.21), “A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente para posteriores análises”. Assim, pode-se identificar também este tipo de pesquisa neste trabalho.

Uma pesquisa quantitativa, devido a utilização de questionários, como forma de coleta e análise dos dados e informações obtidas. Oliveira (2000) mostra ainda que a abordagem quantitativa consiste em quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações. E pesquisa quantitativa para informações obtida na análise documental. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), a abordagem qualitativa: “em razão da interpretação de fenômenos e atribuição de significados”.

Enfim, trata-se de uma pesquisa de caráter documental e de campo que soma análises quantitativa e qualitativa.

### **3.2 Área de realização**

A área de realização da pesquisa é a da região do Médio Paraíba Fluminense, esta engloba sete IES privadas e inúmeras empresas, das quais foi escolhida uma amostra específica para a análise.

As IES foram delimitadas por aquelas de caráter privado e presencial, ou seja, Instituições Privadas de Ensino Superior. Elas foram escolhidas por terem a maior prevalência de instituições dessa natureza na região estudada e suas ações de extensão são desenvolvidas por meio de recursos próprios.

As empresas são aquelas associadas a uma organização patronal que representa o setor metalomecânico da região do Médio Paraíba Fluminense.

A região escolhida foi o Médio Paraíba Fluminense. Essa região faz parte territorial do estado do Rio de Janeiro e é constituída pelos seguintes municípios:



Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Rio Claro, Piraí, Valença, Barra do Piraí e Rio das Flores.

O Estado do Rio de Janeiro possui uma extensão territorial de 43.766,6 km<sup>2</sup>, sendo que a Região Médio Paraíba Fluminense, ocupa 6.185,7 km<sup>2</sup> correspondendo a 14,13% do Estado do total do território.

A Região do médio paraíba Fluminense possui importantes polos industriais como os dos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real e Resende, que são consideradas cidades de pequeno e médio porte, com substancial potencial econômico e social.

### **3.3 População e amostra**

Marconi e Lakatos (2007, p.41) afirmam que o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, completando, a amostra é uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, é um subconjunto do universo.

Para esta pesquisa foram estudada as percepções de duas populações distintas.

A primeira população e amostra foi constituída por sete Instituições privadas de Ensino Superior presencial que estão distribuídas em municípios integrantes da região do Médio Paraíba Fluminense. A outra amostra foi composta por 30 representantes das empresas associadas a uma organização patronal que representa a cadeia produtiva do setor metalomecânico do Médio Paraíba Fluminense.

Segundo Virgillito et al. (2010), amostragem não probabilística é aquela em que existe uma probabilidade diferente de zero de uma variável considerada não pertencer à amostra. Faz-se uma manipulação a priori da população e extraem-se dela os elementos com uma ou mais característica. Para Virgillito et al. (2010) não se pode generalizar os resultados da pesquisa para a população, pois a amostra não garante a sua representatividade. Por outro lado, a utilização desta técnica é

recomendada quando as consequências dos possíveis erros não ocasionam graves danos às conclusões e à tomada de decisão.

Neste estudo, foi utilizado o modelo de amostragem não probabilística e por acessibilidade, houve como meta alcançar uma amostra de 102 empresas para que se tivesse a possibilidade de análise que permitisse maior generalização dos resultados. O número de 102 empresas foi definido após a aplicação do cálculo de amostra na população de 130 empresas. Porém após todos os esforços de contato inicialmente por meio da organização patronal, depois por e-mail e finalmente visitas agendadas, consolidou o número de 30 respondentes, foram aqueles responsáveis pela gerência, no nível indicado pela gestão superior das empresas que aceitaram participar deste estudo.

Portanto, o corpo de análise desta pesquisa compõe-se dos dados coletados em campo e dos documentos disponibilizados pelas Instituições privadas de Ensino Superior da região.

### **3.4 Instrumento**

O questionário desenvolvido por Barbosa (2012) foi utilizado como base para essa pesquisa. Esse questionário foi adaptado para atender aos objetivos deste trabalho, porém foi mantida a forma e o conteúdo das questões e foram ampliados os dados sociodemográficos.

Para Malhotra (2006), em relação à pesquisa de percepção, o questionário é um dos instrumentos mais utilizados. Ele é um método de coleta de dados que apresenta diversas vantagens e dentre elas, a de confiabilidade dos dados obtidos pela limitação das alternativas. Assim, a predeterminação de respostas fixas reduz a variabilidade nos resultados. Por outro lado, há maior praticidade e maior simplicidade para codificação, análise e interpretação dos dados.

O questionário contém questões fechadas e de múltipla escolha (anexo E). Na fase inicial, há perguntas visando caracterizar o perfil dos participantes (como empresa, localização, cargo, experiência profissional, escolaridade, faixa etária,

sexo, estado civil), nesta fase também se confirma que estes respondentes sejam responsáveis pela gerência, no nível indicado pela gestão superior da empresa.

Na segunda fase, procurou-se identificar o grau de conhecimento do participante em relação à extensão universitária por meio de ações por esta realizada. Nesta parte, também se procurou identificar as percepções dos participantes e suas vivências em certas ações específicas que são proporcionadas pela extensão (como espaços culturais, eventos, prestação de serviço entre outras ações de extensão). De modo geral nesta fase, as questões tiveram intenção de conhecer a realidade da extensão universitária, na percepção do setor produtivo.

O terceiro grupo procurou identificar princípios e diretrizes da extensão universitária. As questões são disponibilizadas de forma acessível ao participante, pois mesmo que este não conheça os princípios e diretrizes da extensão, ainda pode contribuir com informações a respeito respondendo sobre as ações que presenciou de forma prática.

### **3.5 Procedimento de coleta de dados**

O procedimento de coleta de dados foi composto por duas fases: Documental e de Campo. Estas fases estão descritas separadamente a seguir.

#### **3.5.1 Fase documental**

Os dados apresentados nesta seção foram consolidados a partir de pesquisas em sítios eletrônicos (sites) do E-MEC, das IES da região pesquisada, do FORPROEX e do FOREXP.

A fase documental iniciou-se com buscas nos endereços eletrônicos do FOPROEX e do FOREXP, tendo como objetivo as identificações das definições, áreas temáticas, linhas e dos tipos de ações de extensão universitária divulgados por esses órgãos representativos nacionais.

Em seguida, foi realizado o mesmo tipo de busca nos endereços eletrônicos das IES privadas da região do Médio Paraíba Fluminense, tendo como objetivo as identificações das definições, áreas temáticas, linhas e os tipos de ações de extensão universitária.

Os dados foram organizados em quadros e planilhas que permitiram a comparação das definições, áreas temáticas, linhas e os tipos de ações das IES pesquisadas com as respectivas esplanasões baseadas no Plano Nacional de Extensão Universitária e nos documentos dos fóruns especializados da extensão.

### **3.5.2 Fase da Pesquisa de Campo**

O primeiro passo para a coleta de dados foi o envio de uma carta de apresentação para uma organização patronal, a qual autorizou que a pesquisa fosse realizada com seus associados. Nesta carta há o Termo de Autorização Institucional (ANEXO B), o conteúdo da pesquisa (ANEXO A) e os documentos necessários para que o responsável autorize a pesquisa.

Em seguida, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa para que após sua aprovação, a pesquisa de campo fosse realizada. A pesquisa foi aprovada pelo CEP, gerando um Parecer Consubstanciado número 1.416.544 (ANEXO C).

Com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, o questionário foi aplicado ao responsável pela gerência, no nível indicado pela gestão superior das empresas. A organização patronal intermediou o envio por e-mail com link para a pesquisa, a organização patronal também estabelece uma ação crucial ao apresentar a pesquisadora aos seus associados.

A pesquisa foi realizada por meio de recurso eletrônico, com uso dos e-mails. Ao receber o e-mail o participante recebeu um link para acessar uma página que explica os objetivos da pesquisa e apresenta o termo de consentimento e de livre esclarecido (ANEXO D). Somente após indicar o aceite, o participante é redirecionado para o questionário propriamente dito (ANEXO E).

A pesquisa foi enviada para o endereço de e-mail de 130 empresas. A meta consistia em alcançar 102 empresas por meio de seus representantes gestores ou proprietários.

Respeitando o direito dos representantes que optaram por não participarem da pesquisa, o número de meta não foi atingido, finalizando com 30 representantes que aceitaram e participaram da pesquisa. Mesmo na situação de visita à empresa solicitava-se o preenchimento do questionário a partir do e-mail enviado.

A coleta de dados teve como ferramenta a plataforma GoogleForms para a aplicação do questionário e armazenamento das respostas dos participantes. Todo material coletado tem o sigilo assegurado.

### **3.6 Procedimento de Análise de Dados**

Para melhor organização deste conteúdo, o texto está subdividido a seguir em dois blocos que correspondem respectivamente às duas fases de coleta dos dados.

#### **3.6.1 Análise de dados documentais**

A análise documental teve como objetivo buscar a resolução do primeiro problema da pesquisa por meio da seguinte questão: Quais ações de extensão universitária que as Instituições privadas de Ensino Superior da região do Médio Paraíba Fluminense estão oportunizando à sua região?

Para buscar a resolução desse problema, do ponto de vista quantitativo, foram identificadas as categorizações, definições, áreas temáticas, linhas, e as ações de extensão ofertadas pelas IES privadas presenciais da região pesquisada. Por outra perspectiva, procurou-se identificar se estas ações de extensão estão em consonância com o Plano Nacional de Extensão e com os fóruns especializados. Para melhor organização e visualização do estudo, foram organizados quadros e planilhas com os dados.

Os dados documentais qualitativos foram analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo categorizando as unidades de sentido (FRANCO, 2006).

<b>Construtor</b>		<b>Definições / Origem conceitual</b>
1ª parte	Categorização das Instituições de Ensino Superior	Universidades; Centros Universitários; Faculdades, Faculdades Integradas, Institutos e Escolas Superiores.
2ª parte	Definição de Extensão Universitária	Conceitos de Extensão Universitária
3ª parte	Áreas de Extensão	Todas as ações de extensão Universitária devem ser classificadas segundo área temática (FORPROEX, 2007, p. 24).
4ª parte	Linhas de Extensão	Refere-se a nucleação das ações de extensão (FORPROEX, 2007, p. 26)
5ª parte	Ações de Extensão	São as classificações das ações: programa, projeto, curso, eventos e prestação de serviço (FORPROEX, 2007, p. 35).

Quadro 4: Dimensões conceituais dos dados documentais institucionais  
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A pesquisa foi dividida em cinco partes para identificar o que as IES estão ofertando à região pesquisada. A primeira parte teve a intenção de classificar por meio de categorização, os tipos de Instituições privadas de Ensino Superior que predominam na região do Médio Paraíba Fluminense, e suas atribuições quanto à sua categorização. A segunda parte identificou se as Instituições pesquisadas definiam a Extensão Universitária de acordo com Plano Nacional de Extensão.

A terceira parte referiu-se às ações de extensão ofertadas à região pesquisada. Analisou-se se elas foram classificadas segundo as áreas temáticas designadas pelos fóruns especializados e a quarta parte referiu-se a identificação das linhas de ações de extensão ofertadas. A quinta parte referiu-se à classificação das ações (programa, projeto, curso, eventos e prestação de serviço) que as IES executam.

Do ponto de vista qualitativo, foram identificadas as ações ofertadas pelas IES da região pesquisada e suas relações com o Plano Nacional de Extensão Universitária e com os fóruns especializados.

### 3.6.2 Análise de dados de campo

A análise de dados de campo teve como objetivo buscar a resolução do segundo problema da pesquisa por meio da seguinte questão: Quais são as principais percepções do setor produtivo da Região do Médio Paraíba Fluminense em relação à extensão universitária?

Para esta resolução foram organizadas tabulação e análises quantitativas das respostas do questionário (ANEXO E). Este questionário procura identificar as percepções do responsável pela gerência, no nível indicado pela gestão superior da empresa. Seguem no Quadro 5, as dimensões conceituais do questionário aplicado.

Construtor		Definições / Origem Conceitual	Itens do questionário
1ª parte do questionário	Perfil dos participantes	Visa caracterizar a empresa, localização, cargo, experiência profissional, escolaridade, faixa etária, sexo, estado civil	
2ª parte do questionário	Participação e acesso	Refere-se a percepção do participante e sua vivência em certas ações extensão específicas proporcionadas pelas IES (como espaços culturais, palestras, oficinas, prestação de serviço).	1 - 2 - 4 5 - 7 - 8
	Informação e comunicação	Refere-se à comunicação das IES com a comunidade	3 - 6
3ª parte do questionário	Diretrizes da Extensão	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	9 - 10
		Impacto e transformação	12 - 13 - 14
		Interdisciplinaridade e interação dialógica	11 - 15

Quadro 5: Dimensões conceituais do questionário de avaliação da pesquisa  
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O questionário aplicado foi construído em partes para identificar a percepção do setor produtivo em relação a extensão.

A primeira parte do questionário referiu-se a uma análise descritiva, buscando caracterizar o perfil dos participantes. A segunda parte do questionário referiu-se à participação e acesso, conhecimento e informação quanto as ações de extensão que são desenvolvidas pelas IES.

A terceira parte procurou identificar a percepção dos participantes em relação aos princípios e diretrizes da extensão (Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto e transformação interdisciplinaridade e interação dialógica).

As questões referentes a segunda e terceira partes do questionário são quantitativas e foram mensuradas em escala do tipo Likert de quatro pontos (sim – sempre / quase sempre / pouco – às vezes / não – nunca), para que os participantes pudessem sinalizar suas percepções quanto à extensão universitária.

Após as tabulações das respostas dos participantes, os dados foram submetidos a análises estatísticas com auxílio do programa Excel, em especial, as medidas de tendência central e de dispersão.

### **3.6.3 Consolidação das análises de dados**

Com a finalização das análises dos dados da pesquisa documental, são identificados distanciamentos e aproximações das conceituações, ações, áreas de realização e linhas de Extensão Universitária das Instituições privadas de Ensino Superior da Região do Médio Paraíba Fluminense em relação às conceituações, ações, áreas de realização e linhas de Extensão Universitária definidas pelos fóruns de Extensão Universitária (FORPROEX e FOREX). Para tal comparação, houve coleta de dados nos veículos eletrônicos de comunicação (sites) das Instituições de Ensino Superior e nos sites do FORPROEX e FOREX

Em relação à pesquisa de campo, há a criação de indicadores qualitativos e quantitativos que demonstram as percepções, necessidades de ações de extensão universitária na perspectiva dos participantes (no caso, representantes do setor produtivo filiados a uma organização patronal da região). Esta análise permitiu uma comparação entre a oferta de ações de extensão proporcionadas pelas IES regionais e as percepções e tomada de ciência destas ações por parte dos representantes do setor produtivo.

Enfim, foram identificadas as percepções do setor produtivo em relação aos trabalhos de extensão desenvolvidos pelas Instituições Privadas de Ensino Superior na região.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fundamentação teórica deste trabalho apresenta conceitos, diretrizes, tendências e aplicações da Extensão Universitária. Estes construtos revelam a complexidade, importância e dinâmica da extensão. Tais informações são importantes no sentido de informar à sociedade em geral e ao público acadêmico sobre as contribuições que a Extensão Universitária pode realizar em relação ao desenvolvimento de uma região.

Como marcos referenciais, este estudo apresenta conceituações e finalidades da Extensão Universitária baseadas nas determinações do FORPROEX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e FOREXP (Fórum de Extensão das IES Particulares). Este estudo também mostrou orientações dos órgãos governamentais de educação e de sua legislação.

A comparação dos textos com concepções de diferentes autores revelam possibilidades, convenções e muitas atribuições para a Extensão Universitária. Por outro lado, e de forma recorrente, os textos mostram que os órgãos sistematizadores da Extensão prezam por aproximação e interação entre a universidade e a sociedade “é fundamental que as ações das IES não se limitem ao espaço isolado de sala de aula, mas sim que estabeleçam um processo dialógico de interlocução com a comunidade” (SOUSA; CARNIELLO; ARAUJO, 2011, p.2). A Lei 9394/96, ao estabelecer as finalidades da educação superior, regulamenta que as IES devem promover a Extensão Universitária por meio de um diálogo franco e aberto à participação e contribuição da população.

Para Soares (2004), a extensão caminha em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer. Reforçando esta abordagem, para Siveres e Menezes (2011), a Universidade deve responder às novas demandas, reinventando práticas, gerando conhecimentos que possibilitem e visem à construção de um futuro melhor para todos. Em suma, a fundamentação teórica evidencia a interação e junção que devem existir entre a universidade e a sociedade por meio da Extensão Universitária.

Os fóruns de extensão, assegurando uma perspectiva mais específica, estabelecem linhas, áreas temáticas e modalidades de Extensão Universitária que

as Instituições públicas e privadas de Ensino Superior podem e devem oportunizar à sua região. Documentos expedidos pelos fóruns sugerem ainda que as IESs devam perceber a Extensão além da finalidade de responsabilidade social, chegando a ser percebida como uma via de mão dupla, com a possibilidade de diálogos e partilhas de conhecimentos com a sociedade. Esta partilha tende a trazer muitos benefícios contribuindo para o desenvolvimento de uma região, assim como para o desenvolvimento de ações acadêmicas.

Os dados e discussões apurados nas pesquisas documentais e de campo foram descritos em subtítulos separados apresentados a seguir.

#### 4.1 Análise de dados documentais Institucionais

De acordo com o recorte proposto para esta análise documental, a região do Médio Paraíba Fluminense é constituída de sete Instituições privadas de Ensino Superior presencial. Os dados apresentados nesta seção foram consolidados a partir de pesquisas realizadas em páginas eletrônicas do E-MEC, FORPROEX, FOREX, e IES da região pesquisadas.

De acordo com Quadro 6, as IES privadas e presenciais da região do Médio Paraíba Fluminense têm as seguintes classificações:

<b>Quantidade Instituições</b>	<b>Caracterização das IES</b>	<b>Identificação das IES</b>
01	Universidades	1- 2- 3 - 4 – 5 - 6 - 7
03	Centros Universitários	
03	Faculdades, Faculdades Integradas, Institutos e Escolas Superiores	

Quadro 6: Caracterização das IES

Fonte: Adaptado a partir de dados do E-MEC (2016).

As instituições de ensino superior foram representadas em numerais de (1) um a (7) sete aleatoriamente, para assegurar o sigilo das IES pesquisadas. Ao realizar a pesquisa na página eletrônica do E-MEC (2016), identifica-se que duas instituições (uma caracterizada como faculdade e outra como universidade) são privadas com fins lucrativos. As outras cinco (compostas em três centros

universitários e duas faculdades) são privadas e sem fins lucrativos, e todas estas IES têm o caráter de aulas presenciais.

Instituição de Ensino Superior é um termo abrangente que engloba a universidade, a faculdade e o centro universitário, “Faculdades são instituições de educação superior que ministram um ou mais cursos de graduação podendo oferecer também um ou mais cursos sequenciais, de extensão e de especialização” (FOREXP, 2004, p.53), “Universidade - instituição pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, que se caracteriza pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e goza de autonomia financeira, administrativa e acadêmica” (FOREXP, 2004, p.82) e “Centro Universitário – Instituição de educação superior pluricurricular, abrangendo uma ou mais área de conhecimento, que deve oferecer o ensino de excelência, oportunidades de qualificação para o corpo docente, bem como condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar” (FOREXP, 2004, p.38)

Em outro procedimento, foi realizada uma análise dos dados documentais junto aos endereços eletrônicos do FORPROEX (2016) e FOREXP (2016) para garantir um parâmetro referencial para a definição de conceitos sobre Extensão Universitária a partir do Plano Nacional de Extensão.

No Quadro dois a partir desta base conceitual, verificam-se as diferentes definições concebidas pelas IES da região do Médio Paraíba Fluminense. Estas concepções estão disponibilizadas em sítios eletrônicos das Instituições de Ensino Superior pesquisadas.

Definição PNEExt	“(…) Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 42).
Definição IES 1	A Extensão na Instituição é entendida como uma prática universitária que integra a instituição, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as comunidades local e regional. Representa uma abertura à comunidade, um espaço acadêmico no qual, por meio de estudos, pesquisas, ações sociais e prestação de serviços, torna possível uma troca de saberes visando à melhoria do desenvolvimento regional.
Definição IES 2	A Extensão é a forma de atualização prática sobre temas que venham alavancar a <i>performance</i> do profissional em qualquer área que ele se veja envolvido: educação, tecnologia, ciências. Intimamente ligada à Universidade, com carga horária adequada à especialização de que precisa, com o reconhecimento acadêmico indispensável, constituindo rico indicativo no <i>Curriculum</i> profissional.

continuação...

continuação...

Definição IES 3	A extensão é o processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à formação e qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade, possibilitando equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações promovidas pelo fazer acadêmico. A principal proposta do Programa de Extensão Universitária da Instituição, coordenado pela Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, é desenvolver ações e políticas educacionais que efetivem a missão institucional e promovam maior integração com os demais setores da sociedade, através de projetos, cursos e serviços executados por intermédio das suas unidades de Ensino Superior, seus órgãos de apoio e da coordenação de Extensão.
Definição IES 4	A extensão universitária desenvolvida na Instituição constitui-se em atividade de natureza acadêmica, que possibilita constante interação com a comunidade. Por meio de Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Produção/Publicações e Prestação de Serviços, em todas as suas áreas de atuação, a Universidade leva a sociedade seu potencial acadêmico e, simultaneamente, apreende os valores da cultura dessa sociedade.
Definição IES 5	A extensão acadêmica é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade em cuja concepção se enquadra na Instituição. Dessa forma, a atividade de extensão: I - Representa um trabalho de interação e intercâmbio na relação faculdade-professor-aluno-sociedade. II - Constitui um veículo de comunicação permanente com os setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada. III - é uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre a faculdade e sociedade. IV - Favorece a renovação e a ampliação do conceito de sala de aula, com uma estrutura ágil e dinâmica. As atividades de extensão da Instituição têm como base a socialização e a partilha com a comunidade de conhecimentos já sistematizados pelo saber humano e dos produzidos na IES, elas têm caráter educativo, mas não substitutivo daquelas atividades de educação que deveriam ser feitas por outras agências sociais
Definição IES 6	Não foram encontradas informações por meio do endereço eletrônico.
Definição IES 7	Não foram encontradas informações por meio do endereço eletrônico.

Quadro 7: Comparação das definições de conceitos sobre Extensão Universitária

Fonte: Adaptado a partir de dados do PNEExt (2015)

No Quadro 7 identificamos que, das sete instituições privadas de ensino superior da região, duas delas (uma caracterizada como faculdade e outra como universidade), não disponibilizam em seus endereços eletrônicos as informações de definições e conceitos de extensão.

As outras cinco instituições pesquisadas (compostas por três centros universitários e duas faculdades) disponibilizam em seus endereços eletrônicos informações sobre conceitos de extensão.

Ao analisar as informações obtidas nos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas e que disponibilizavam de informações sobre as definições de extensão, foi identificado que as instituições têm uma aproximação quando falam a respeito da Extensão Universitária, embora cada uma tenha sua peculiaridade ao desenvolver a extensão.

A IES 1 tem sua definição voltada para as atividades integradas entre ensino, a pesquisa e extensão, e interação dialógica entre a academia e sociedade e a contribuição para o desenvolvimento local/regional. A IES 2 tem sua definição voltada para atualização profissional. A IES 3 tem sua definição sobre extensão direcionada a formação do estudante e integração a academia com a sociedade. A IES 4 também conceitua extensão como interação dialógica da academia com a sociedade e a troca de saberes. A IES 5 é a instituição que tem suas definições mais próxima do PNext.

Na terceira parte desta pesquisa documental foram analisadas as áreas temáticas da extensão. Para o FORPROEX (2007, p. 24) “Todas ações de extensão deverão ser classificadas segundo a área temática”. Assim, dentro da análise documental, também se procurou identificar as áreas temáticas da extensão desenvolvidas pelas IES pesquisadas. Estas identificações estão representadas no Quadro 8.

Este Quadro foi organizado da seguinte maneira: as IES estão simbolizadas por números de um a sete, e em cada área temática que está sendo executada pela IES correspondente, foi colocado um “x” com o intuito de se estabelecer uma comparação entre o que as IES privadas da região pesquisada estão desenvolvendo.

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>IES 1</b>	<b>IES 2</b>	<b>IES 3</b>	<b>IES 4</b>	<b>IES 5</b>	<b>IES 6</b>	<b>IES 7</b>
Comunicação	x		x				
Cultura	x	x	x	x	x	x	
Direitos Humanos e Justiça	x	x	x	x	x		
Educação	x	x	x	x	x	x	x
Meio Ambiente	x	x	x		x		
Saúde	x	x	x	x	x		
Tecnologia e Produção	x	x	x		x		
Trabalho	x	x	x	x	x		x

Quadro 8 – Áreas Temáticas, para classificação das ações de Extensão  
Fonte: Adaptado a partir de dados do FORPROEX (2012)

No Quadro 8 foi identificado que das oito áreas temáticas para classificação das ações da extensão, as IES 1 e 3 (caracterizadas como centros universitários) desenvolvem ações em todas as áreas temáticas (comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde tecnologia e produção, trabalho).

As IES 2 e 5 (caracterizadas como faculdades) desenvolvem ações para sete áreas temáticas (cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde tecnologia e produção, trabalho). Estas duas instituições não desenvolvem, ou não informam até a data da pesquisa, nenhuma ação voltada para área temática de comunicação.

A IES 4 (caracterizada como centro universitário) desenvolve ações para cinco áreas temáticas (cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, trabalho). Esta instituição não desenvolve, ou não informam até a data da pesquisa, nenhuma ação voltada para áreas temáticas de comunicação, meio ambiente, tecnologia e produção em seu endereço eletrônico.

A IES 6 (caracterizada como faculdade) desenvolve ações apenas para duas áreas temáticas cultura e educação, esta instituição não desenvolve ou não informa em seu endereço eletrônico ações voltadas para áreas temáticas de comunicação, direitos humanos e justiça, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho.

A IES 7 (caracterizada como universidade) desenvolve ações apenas para duas áreas temáticas: meio ambiente e trabalho. Esta instituição não desenvolve ou não informa em seu endereço eletrônico ações voltadas para áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, tecnologia e produção.

Observa-se também que independentemente da quantidade de ações desenvolvidas pelas IES pesquisadas, todas estão de acordo com as áreas temáticas definidas pelos fóruns especializados.

Outro grupo de dados importante para pesquisa documental consistiu na quarta parte que é a verificação das linhas de Extensão Universitária que foram padronizadas pelo FORPROEX (2007).

O FORPROEX (2007), em um esforço para padronizar nomenclaturas e tipos de atividades em âmbito nacional, elenca 53 linhas de extensão com especial importância para a nucleação das ações de extensão. Considerando-se esta base

de classificação, procurou-se verificar nos endereços eletrônicos das IES privadas da região do Médio Paraíba a utilização dessas linhas para suas ações de extensão.

No Quadro nove, as IES estão simbolizadas por números e a cada linha de extensão executada por elas foi colocado um “x” com o intuito de informar quais linhas de extensão estão sendo desenvolvidas. Há também a possibilidade de se estabelecer uma comparação entre as IES. Esta comparação informa o que cada Instituição privada de Ensino Superior está oferecendo em termos de linhas de extensão e o quanto ela oferece em relação às outras IES.

<b>Número de Linhas de Extensão</b>	<b>IES 1</b>	<b>IES 2</b>	<b>IES 3</b>	<b>IES 4</b>	<b>IES 5</b>	<b>IES 6</b>	<b>IES 7</b>
1. Alfabetização, leitura e escrita	x	x		x	x	x	x
2. Artes cênicas	x					x	
3. Artes integradas	x	x		x	x		
4. Artes plásticas	x		x	x			
5. Artes visuais	x	x	x	x			
6. Comunicação estratégica	x		x				
7. Desenvolvimento de produtos	x		x		x		
8. Desenvolvimento regional	x	x	x	x	x		
9. Desenvolvimento rural e questão agrária					x		
10. Desenvolvimento tecnológico			x				
11. Desenvolvimento urbano	x	x	x	x	x		
12. Direitos individuais e coletivos	x		x				
13. Educação profissional	x	x	x	x	x		x
14. Empreendedorismo	x		x		x		
15. Emprego e renda	x		x				
16. Endemias e epidemias	x		x				
17. Espaços de ciência		x	x	x	x		
18. Esporte e lazer	x		x		x		
19. Estilismo							
20. Fármacos e medicamentos	x		x				
21. Formação de professores (formação docente)	x	x	x				
22. Gestão do trabalho	x		x	x	x		
23. Gestão informacional			x				
24. Gestão institucional	x		x				
25. Gestão pública	x		x				
26. Grupos sociais vulneráveis	x	x	x	x	x		x
27. Infância e adolescência	x	x	x	x	x		
28. Inovação tecnológica	x		x		x		
29. Jornalismo	x		x				
30. Jovens e adultos	x			x	x		

continuação...

continuação...

31. Línguas estrangeiras				X	X		
32. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	X	X	X	X	X		
33. Mídias-artes			X				
34. Mídias	X		X				
35. Música	X	X		X	X		
36. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	X	X	X		X		
37. Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	X	X	X	X	X	X	
38. Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	X	X	X		X		
39. Propriedade intelectual e patente			X				
40. Questões ambientais	X	X	X		X		
41. Recursos hídricos			X				
42. Resíduos sólidos			X				
43. Saúde animal	X		X		X		
44. Saúde da família	X		X		X		
45. Saúde e proteção no trabalho			X		X		
46. Saúde humana	X	X	X	X	X		
47. Segurança alimentar e nutricional	X		X				
48. Segurança pública e defesa social	X		X				
49. Tecnologia da informação			X		X		
50. Temas específicos / Desenvolvimento humano	X	X	X	X	X		
51. Terceira idade		X	X	X	X		
52. Turismo		X					
53. Uso de drogas e dependência química	X		X				

Quadro 9 - Linhas de Extensão, para classificação das ações de Extensão Universitária  
Fonte: Adaptado a partir de dados do FORPROEX (2007)

No Quadro 9 foi identificado que a IES 1 informa executar 43 linhas de extensão; A IES 2 informa executar 20 linhas de extensão; A IES 3 informa executar 44 linhas de extensão; A IES 4 informa executar 19 linhas de extensão; A IES 5 informa executar nove linhas de extensão as IES 6 e 7 informam executar três linhas de extensão.

Não se pode afirmar se as instituições executam ou não outras linhas de extensão, pois, não foram encontradas informações em seus endereços eletrônicos.

No Gráfico 1 classificamos a quantidades de IES por prevalência das linhas de extensão.



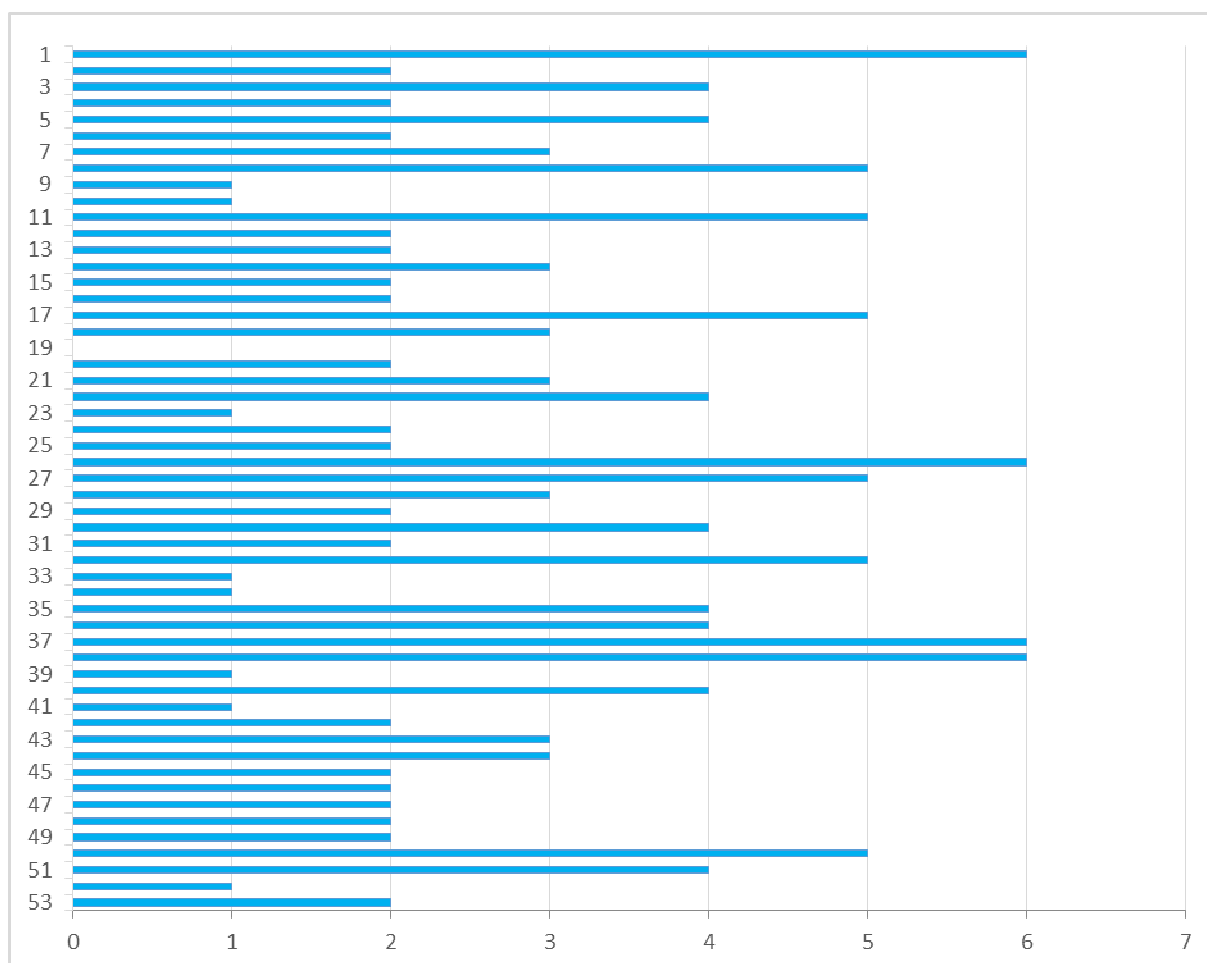


Gráfico 1 – Quantidade de IES por Linhas de Extensão

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

No Gráfico 1 observamos que das 53 linhas de extensão prevista pelo fórum, a linha de nº 19 (Estilismo) não está sendo executada ou não foi informada nos endereços eletrônicos das IES pesquisadas. As linhas de número (1, 27, 37 e 38) são as mais executadas pelas instituições. As outras linhas são executadas, porém, em menor quantidade por cada instituição.

Também dentro da análise documental foram identificadas as ações de extensão que são classificadas em programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços e produtos acadêmicos.

No Quadro 6 as IES estão simbolizadas por números e em cada classificação de ação executada, foi indicado com um “x” no intuito de estabelecer comparação entre o que as IES privadas pesquisadas da região desenvolvem em relação às classificações de extensão definidas pelo fórum especializado.

<b>Classificação das ações</b>	<b>IES 1</b>	<b>IES 2</b>	<b>IES 3</b>	<b>IES 4</b>	<b>IES 5</b>	<b>IES 6</b>	<b>IES 7</b>
Programa		X	X	X			
Projeto	X	X	X	X	X	X	X
Cursos	X	X		X	X		X
Eventos	X	X	X	X	X	X	X
Prestação de Serviços	X	X	X	X	X		X
Produtos Acadêmicos	X	X	X	X	X	X	

Quadro 10 – Classificação das ações de Extensão Universitária

Fonte: Adaptado a partir de dados do FORPROEX (2007)

No Quadro 10 foi identificado que das seis modalidades de ações de extensão, as IES 1 e 5, sendo elas uma faculdade e a outra um centro universitário, não executam ou não informaram que praticam programas de extensão; as IES 2 e 4, sendo uma faculdade e a outra um centro universitário, executam todos os tipos de classificação de ações de extensão; a IES 3, sendo centro universitário, não executa ou não informa que pratica cursos de extensão; a IES 6, caracterizada como faculdade, não executa ou não informou que pratica programas e prestação de serviços de extensão; a IES 7, caracterizada como universidade, não executa ou não informou que pratica programas e produtos acadêmicos de extensão.

As ações de maiores incidências são os projetos e os eventos, em seguida os cursos, prestação de serviços e produtos acadêmicos, o programa é ofertado, porém em menor prevalência.

Na parte documental, procurou-se analisar o que estas instituições da região pesquisada estão proporcionando à sociedade em termos de Extensão Universitária.

Ao se estabelecer uma comparação entre o que as IES privadas da região estão desenvolvendo em relação às ações definidas pelo fórum especializado citado na fundamentação teórica, identifica-se que todas as instituições pesquisadas desenvolvem suas ações baseadas nas definições dos fóruns especializados. Observa-se também que, independentemente da quantidade de ações desenvolvidas pelas IES pesquisadas, todas estão de acordo com as áreas temáticas definidas pelos fóruns. As Áreas Temáticas para classificação das ações de Extensão Universitária são (FORPROEX, 2007, p. 24): “Comunicação, cultura, direitos humanos e Justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho”.

Considerando as sete instituições pesquisadas que dispõem informações em seus endereços eletrônicos, há a incidência maior de oferta de ações de extensão voltadas para as áreas da educação, trabalho e cultura. Em segundo plano, ficam áreas como meio ambiente, saúde, direitos humanos e Justiça, tecnologia e produção. Por fim, e em menor quantidade, fica a oferta na área de comunicação.

A fundamentação teórica deste estudo mostra que as Instituições de Ensino Superior possuem autonomia suficiente para decidir sobre quais áreas de extensão elas devem trabalhar, no entanto, a universidade deve estreitar seu relacionamento com a sociedade e, de preferência, estabelecer ações que sejam mais significativas para sua região e que possam contribuir para o seu desenvolvimento.

A construção de projetos integrados por IES e a comunidade do seu entorno pode suprir as demandas para o treinamento, capacitação e especialização de mão-de-obra necessária às diferentes áreas do conhecimento humano e, conseqüentemente, estimular e dar suporte ao desenvolvimento regional. Para tanto, os cursos de extensão universitária, com seus conteúdos e cronogramas flexíveis, aparecem como uma possibilidade para uma construção coletiva de iniciativas acadêmicas que atuarão como uma ponte no processo de interação com as necessidades sociais (VITORINO, 2011, p. 30)

De acordo com o FORPROEX (2012), a Universidade, por meio das ações extensionistas toma conhecimento dos problemas servindo-se da interação dialógica com os setores produtivos e nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País, o qual, por sua vez, tem, em contextos democráticos, efeitos positivos na qualidade de vida da população.

Considerando ainda a pesquisa documental, percebe-se que as Instituições de Ensino Superior informam em seus sítios eletrônicos diversas atividades de extensão que são apresentadas sem relacioná-las diretamente à área da Extensão Universitária. Ou seja, a divulgação de certas ações não fica bem esclarecida de forma a expressar que estas ações fazem parte da Extensão Universitária. Em duas IES pesquisadas, as informações sobre Extensão Universitária estão inseridas em meio a outras informações de cunho institucional. Em todas as Instituições de Ensino Superior pesquisadas, apenas uma centraliza suas informações sobre as ações desenvolvidas em uma aba específica de Extensão Universitária.

Mesmo que as ações de extensão sejam integradas com outros setores da instituição, isto não significa que a Extensão Universitária não possa ser um pouco mais destacada, pois ela tem grande poder “na medida em que produzem conhecimento - um ativo extremamente valioso e importante para o processo de inovação – que pode ser transferido para as empresas”, Silveira (2013, p. 85).

A fundamentação teórica mostra ser necessária melhor reconhecimento da extensão, mas nos sítios eletrônicos das IES pesquisadas, algumas ações de extensão ficam despercebidas ou misturadas em outras ações institucionais, muitas vezes integradas à graduação e pós-graduação e sem uma ligação com a extensão, sem constituir-se em um núcleo próprio. “A articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos da sociedade completa o leque de articulações que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária”. (FORPROEX, 2012, p.27).

Para Silveira (2013), na concretização desse diálogo entre a academia e a sociedade há variados obstáculos, que vão desde a adequação do ensino e da pesquisa, desde as percepções e necessidades do mercado de trabalho local até as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior.

## **4.2 Análise de dados da pesquisa de campo**

Os dados apresentados nesta seção foram consolidados a partir das análises dos resultados e discussões, quantitativas das respostas ao questionário (ANEXO E) identificando as percepções do responsável pela gerência, indicado pela gestão superior das empresas participantes da pesquisa.

O questionário foi aplicado em 30 empresas por meio de seus representantes que aceitaram participar da pesquisa. No entanto, muitas empresas reservaram o direito de não participar da pesquisa. O total de participação pretendida inicialmente somava 130 empresas.

Nos gráficos serão apresentadas a percepção dos representantes do setor produtivo em relação a extensão universitária.

Os gráficos numerados de dois a nove referem-se à primeira parte do questionário da pesquisa, que identifica o perfil dos participantes, ou seja, a localização da empresa, cargo, experiência profissional, escolaridade, faixa etária, sexo, estado civil.

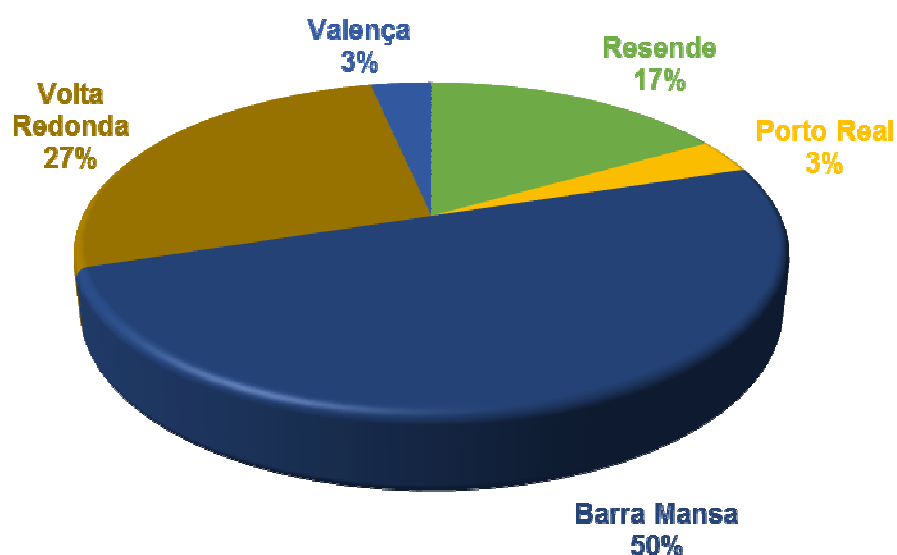


Gráfico 2: Localização das empresas participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 2 representa os dados de localizações das empresas participantes da pesquisa. Embora a região do Médio Paraíba Fluminense seja composta por doze municípios, para esta pesquisa, tivemos uma amostragem de empresas participantes que estão localizadas em cinco municípios. Seguem os percentuais de empresas por municípios que participam da pesquisa: Com 50% das empresa participantes eram do município de Barra Mansa, em seguida com 27% das empresas participantes foram do município de Volta Redonda, com 17% das empresas participante foram do município Resende, em menor quantidade estão os municípios de Valença e Porto Real, ambos com 3% das empresas participantes da pesquisa.

O Gráfico 3 trata da incidência de cargos dos participantes da pesquisa.

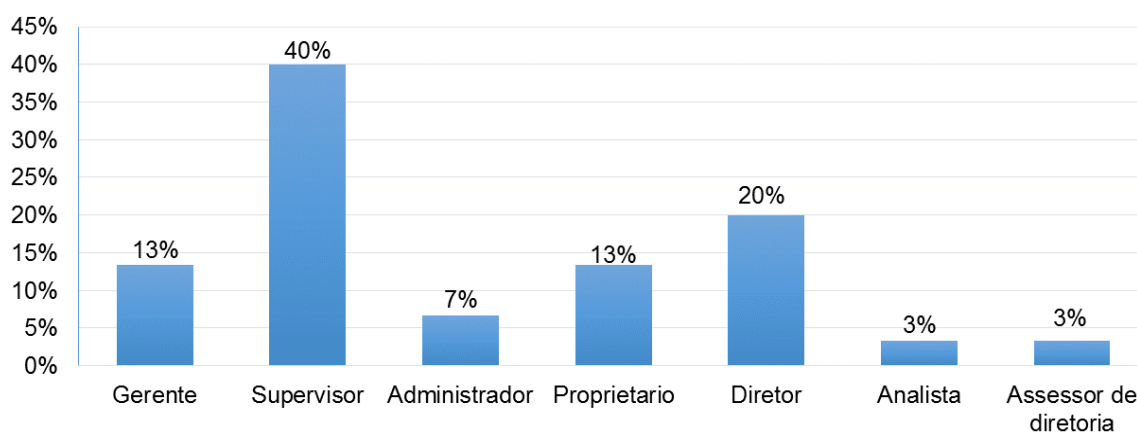


Gráfico 3: Cargos dos participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

No Gráfico 3 identificamos o cargo dos participantes da pesquisa. Estes participantes indicados pela gestão superior das empresas possuem os seguintes cargos: Gerentes são 13% dos participantes da pesquisa; Supervisores são 40% dos participantes da pesquisa; Administradores representam 7% dos participantes da pesquisa; Proprietários são 13% dos participantes da pesquisa; Diretor representam 20% dos participantes da pesquisa; Analista e Assessor de Diretoria cada um representam 3,33% dos participantes da pesquisa.

O Gráfico 4 corresponde ao tempo de trabalho dos participantes nas empresas.

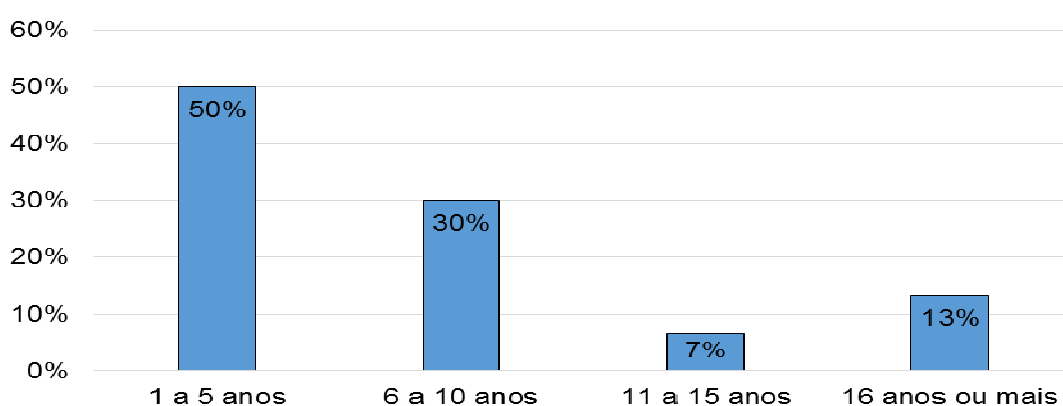


Gráfico 4: Tempo de trabalho dos participantes na empresa  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

No Gráfico 4 verificou-se que 50% dos participantes da pesquisa trabalham na empresa entre um a cinco anos; 30% dos participantes da pesquisa informaram que trabalham na empresa entre seis a dez anos; 7% dos participantes informaram

que trabalham na empresa entre onze a quinze anos e 13% dos participantes da pesquisa, informaram que tem 16 anos ou mais de trabalho na empresa.

O Gráfico 5 refere-se ao tempo de ocupação do cargo na empresa.

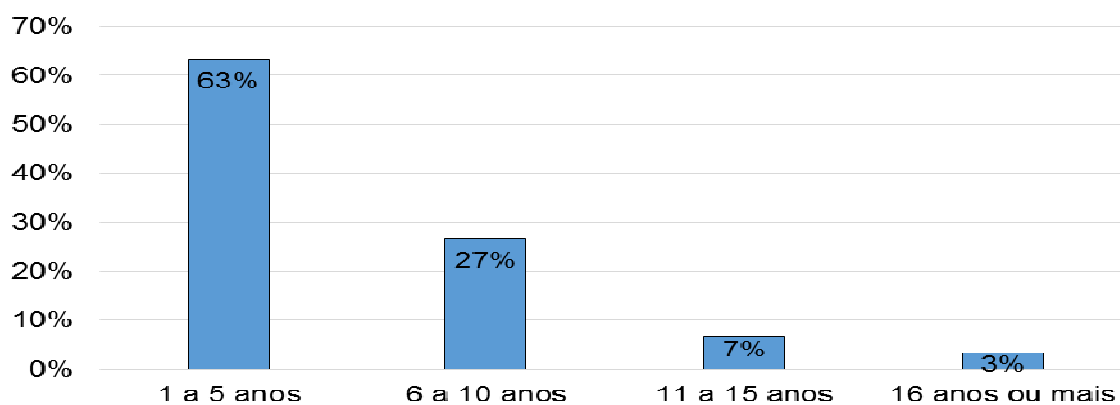


Gráfico 5: Tempo de ocupação de cargo dos participantes na empresa  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Quanto ao tempo de ocupação dos cargos dos participantes na empresa, o Gráfico 5 demonstra que: 63% dos participantes da pesquisa ocupam o atual cargo de trabalho entre um a cinco anos; 27% dos participantes da pesquisa ocupam o atual cargo de trabalho entre seis a dez anos; 7% dos participantes ocupam o atual cargo de trabalho entre onze a quinze anos e 3% dos participantes da pesquisa ocupa o atual cargo a 16 anos ou mais.

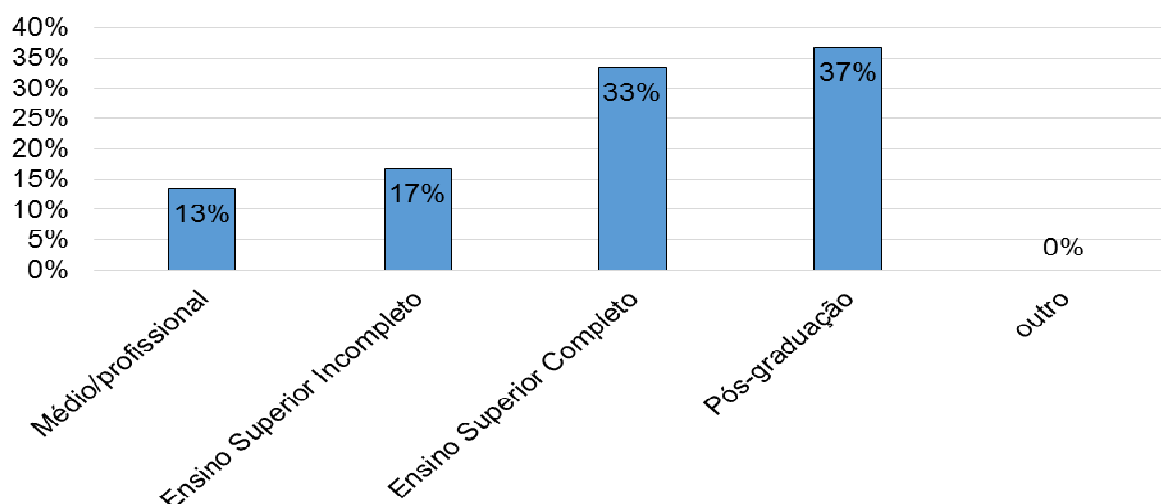


Gráfico 6: Nível de ensino dos participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

De acordo com Gráfico 6 os níveis de ensino dos participantes indicados pela gestão superior das empresas correspondem: 13% possuem o ensino médio/profissional; 17% possuem o ensino superior incompleto; 33% possuem o ensino superior completo; e 37% possuem pós-graduação.

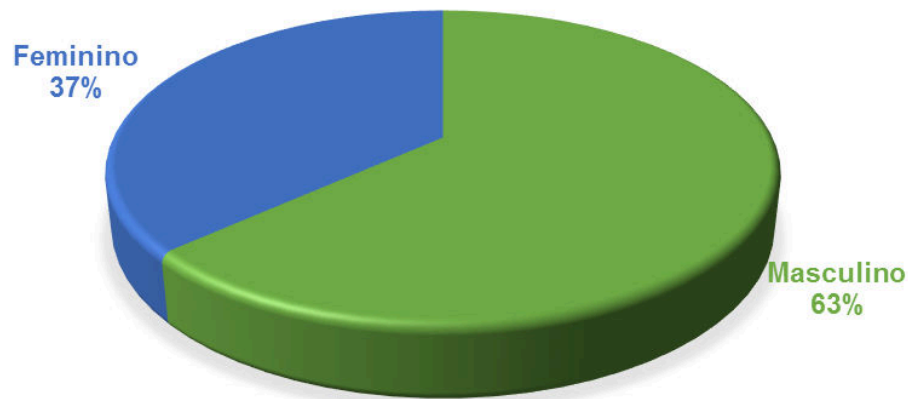


Gráfico 7: Sexo dos participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 7 corresponde ao gênero dos participantes da pesquisa, sendo 37% do sexo feminino e 63% do sexo masculino.

O Gráfico 8 está relacionado ao estado civil dos participantes da pesquisa.

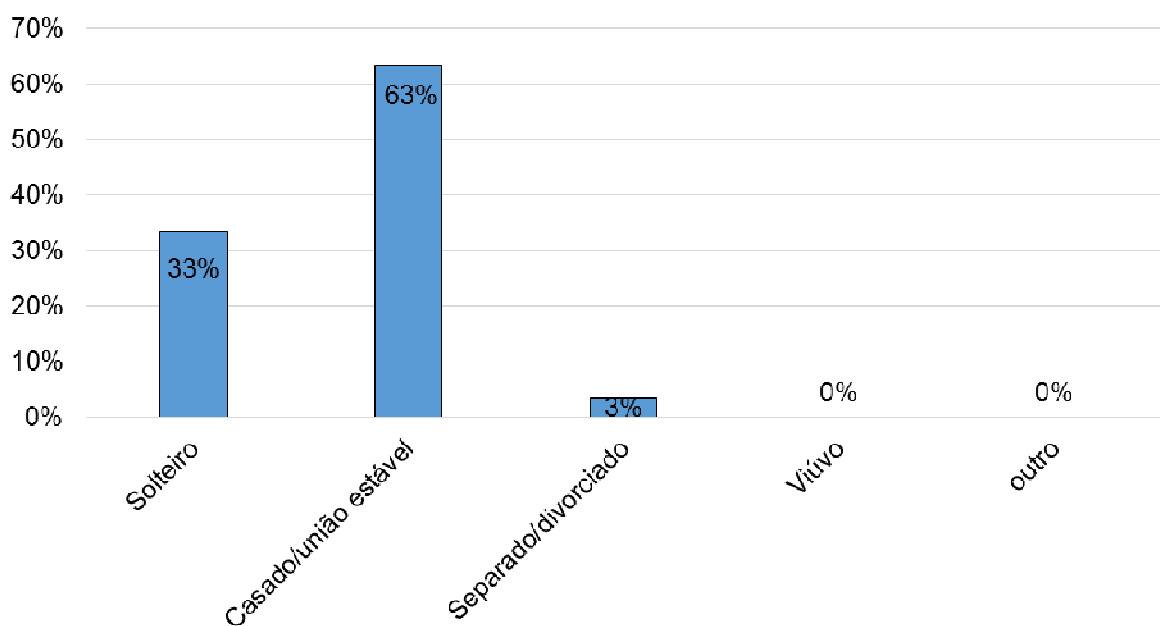


Gráfico 8: Estado civil dos participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)



No Gráfico 8 identificamos que 33% dos participantes têm o estado civil definido como solteiro, 63% informaram ser casados/uniões estáveis, e 3% dos participantes informou ser separados/divorciados.

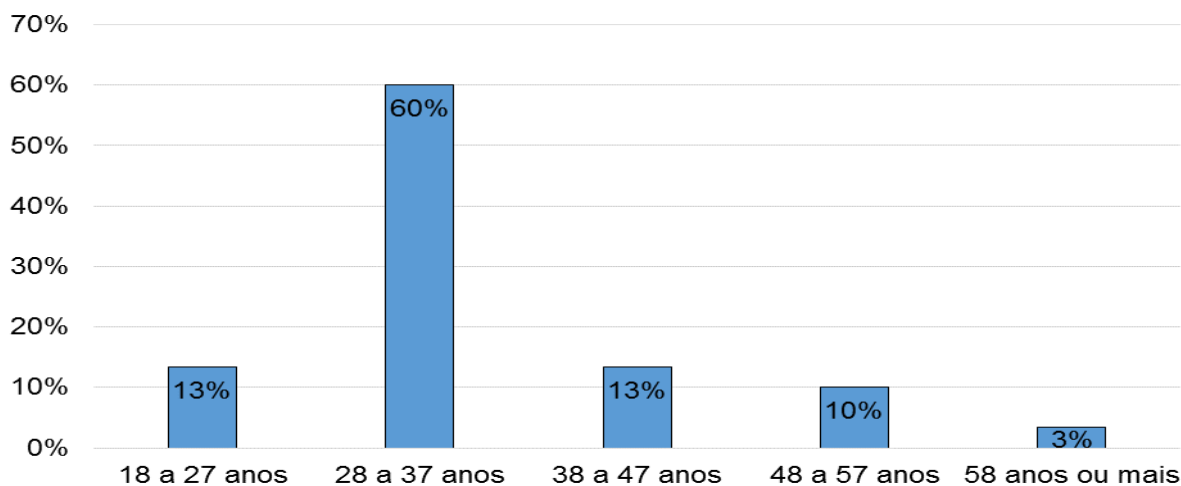


Gráfico 9: Idade dos participantes  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

No Gráfico 9 foi identificado a faixa etária dos participantes da pesquisa. O Gráfico demonstra que: 60% da faixa etária é entre 28 a 37 anos de idade, 13% da faixa etária é entre 18 a 27 anos de idade, também é de 13% a faixa etária entre 38 a 47 anos de idade, 10% pertencem à faixa etária entre 48 a 57 anos de idade e 3% pertencem à faixa de 58 anos ou mais de idade.

A análise da primeira parte do questionário revela o perfil predominante dos participantes da pesquisa. Mais de 60% dos participantes são do sexo masculino, 50% são novatos na empresa (tempo de trabalho entre 1 a 5 anos). Em sua maioria, com formação em nível de Ensino Superior Completo e Pós-graduação, casados, e com idade entre 28 a 37 anos. Em resumo, são jovens adultos, casados, com formação educacional em nível superior, em início de carreira nas empresas e a maioria do sexo masculino.

Os gráficos compreendidos entre 10 a 17 referem-se a percepções dos participantes e suas vivências em ações de extensão que são proporcionadas pelas IES (como espaços culturais, programas, cursos, eventos, prestação de serviço entre outras ações), sendo que os gráficos 10, 11, 13, 14, 16 e 17 estão relacionados com o acesso e participação nas ações de extensão, e os gráficos 12 e 15 referiram-se à informação e comunicação das Instituições de Ensino Superior com a comunidade onde estão inseridas.

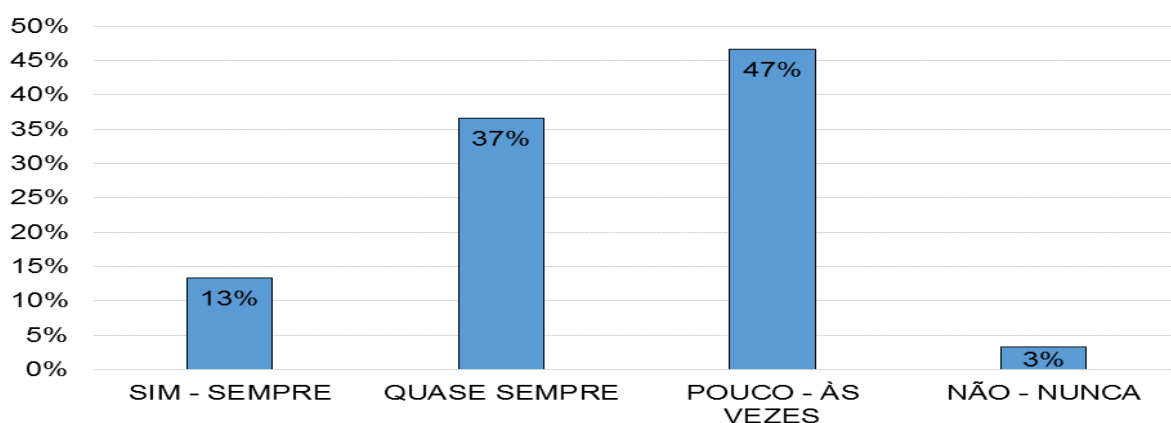


Gráfico 10: Frequência dos participantes a espaços de cultura, ciências e tecnologia que envolvem atividades de extensão nas IES.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 10 refere-se à participação dos respondentes em espaços de cultura, ciências e tecnologia desenvolvidos pelas IES por meio de ações de extensão. Observamos que as respostas “POUCO – ÀS VEZES” correspondem a 47% dos participantes quanto a frequentarem estes tipos de espaços; “QUASE SEMPRE” correspondem a 37% dos participantes em relação a frequentarem estes tipos de espaços; “SIM - SEMPRE” equivalem a 13% dos participantes que frequentam estes espaços e “NÃO - NUNCA” correspondem a 3,33% dos participantes que não frequentam estes espaços.

Nota-se, portanto, que cerca de metade do participantes frequentam estes espaços de extensão e apenas uma pequena parcela que não frequentam estes espaços que são ofertados a comunidade interna e externa de uma IES.

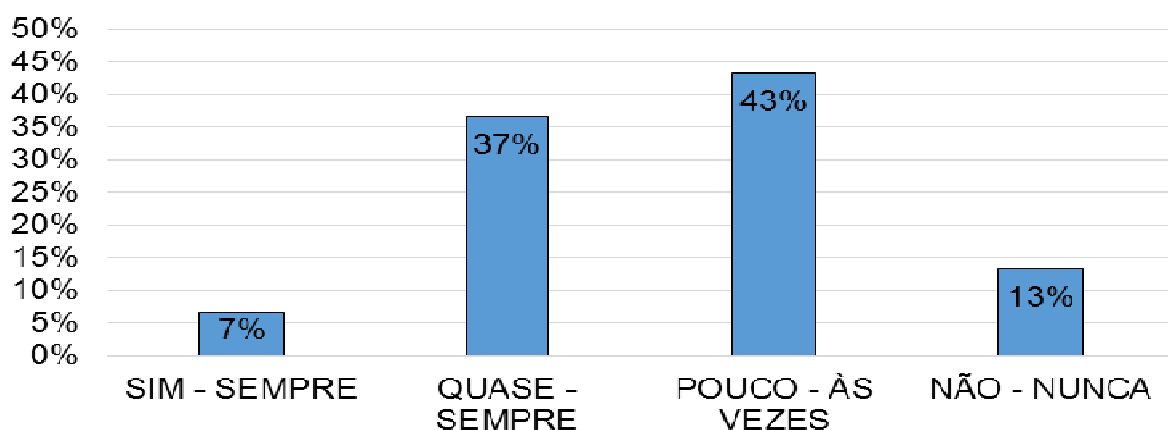


Gráfico 11: Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a espaços sociais mantidos por IES

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A análise de acesso e participação, demonstrada no Gráfico 11, procurou identificar se os participantes conhecem os espaços sociais mantidos pelas instituições de ensino superior como “Museu, Galerias, Conservatório, entre outros”. Os gráficos demonstram que 7% dos participantes responderam que “SIM – SEMPRE” conhecem esses espaços mantidos pelas IES, 37% dos participantes responderam “QUASE SEMPRE” conhecem esses espaços, 43% dos participantes responderam que “POUCO – ÀS VEZES” conhecem esses espaços, e 13% responderam que “NÃO - NUNCA” conheceram estes tipos de espaços sociais mantidos por alguma IES.

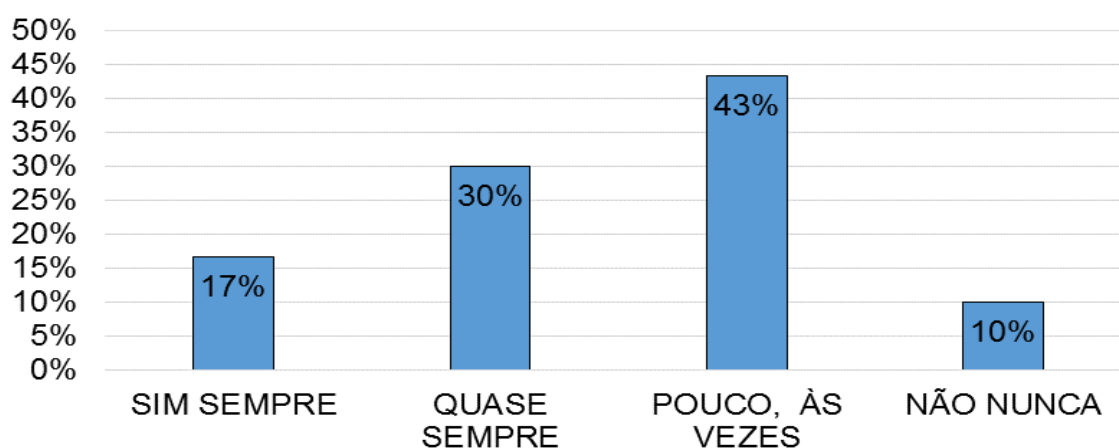


Gráfico 12: Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a atividades sociais realizadas pelas IES  
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Quanto à informação e comunicação das IES, o Gráfico 12 identificou se os participantes possuem informações sobre as atividades sociais e culturais que são desenvolvidas pelas IES, ex.: Torneios, festivais, exposições etc. As respostas dos participantes foram as seguintes: 17% dos participantes informaram que “SIM SEMPRE” sabem das atividades sociais e culturais que as IES desenvolvem; 30% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” sabem das atividades sociais e culturais que as IES desenvolvem; 43% dos participantes responderam “POUCO – ÀS VEZES” sabem dessas atividades sociais e culturais, e 10% dos participantes informaram que “NÃO – NUNCA” sabem das atividades sociais e culturais que as IES desenvolvem.

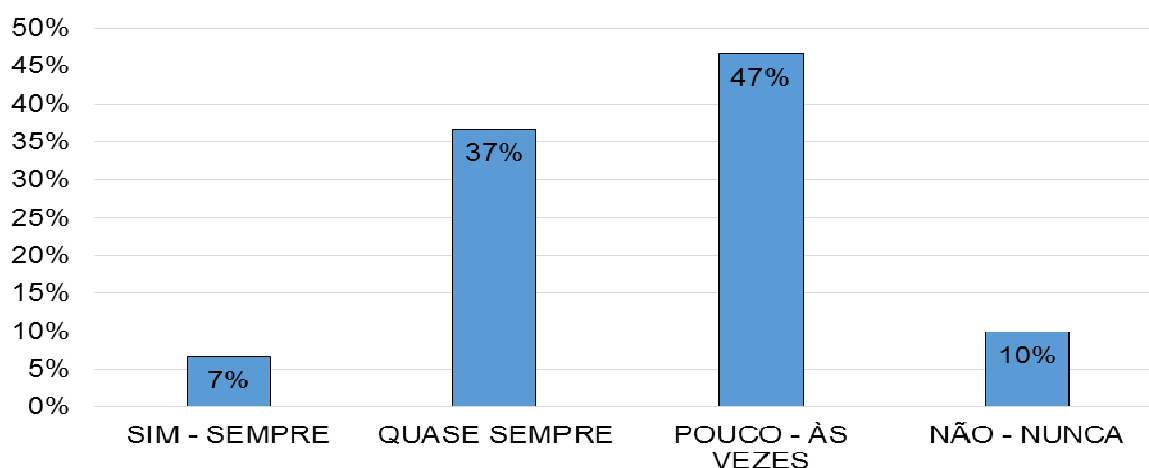


Gráfico 13: Participação em cursos, eventos, projetos e programas de extensão  
 Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 13 também se refere à participação em ações de extensão como curso, eventos, programas. Verificou que 50% dos participantes da pesquisa responderam que “POUCO - ÀS VEZES” participam de ações de extensão, 37% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” participam das ações de extensão, 10% dos participantes da pesquisa responderam “NÃO - NUNCA” participaram de ações de extensão e 7% dos participantes da pesquisa responderam que “SIM SEMPRE” participam dessas ações de extensão que as IES desenvolvem.

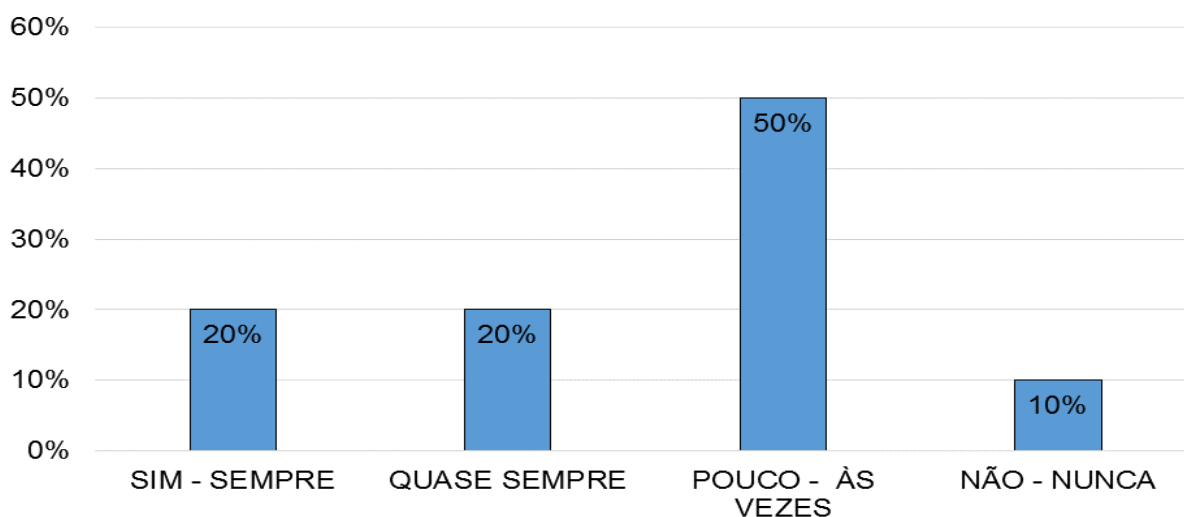


Gráfico 14: Tomada de ciência por parte dos participantes em relação à prestação de serviço de extensão desenvolvidos por IES  
 Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 14 refere-se à participação e acesso dos participantes nas prestações de serviços que as IES desenvolvem, como: Empresa Junior, Clínicas (medicina, veterinária, nutrição), Núcleo de Práticas Jurídicas entre outros tipos de serviços. Pode-se observar que 20% dos participantes responderam que “SIM – SEMPRE” tomam conhecimentos sobre os serviços prestados pelas instituições; outros 20% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” tomam conhecimentos, o maior número de respostas foi de 50,00% informaram que “POUCO - ÀS VEZES” tomam conhecimentos sobre estes tipos de prestação de serviços, “NÃO – NUNCA” aparece com 10% dos participantes que dizem que não conhecem estas prestações de serviços que as IES ofertam à comunidade onde está inserida.

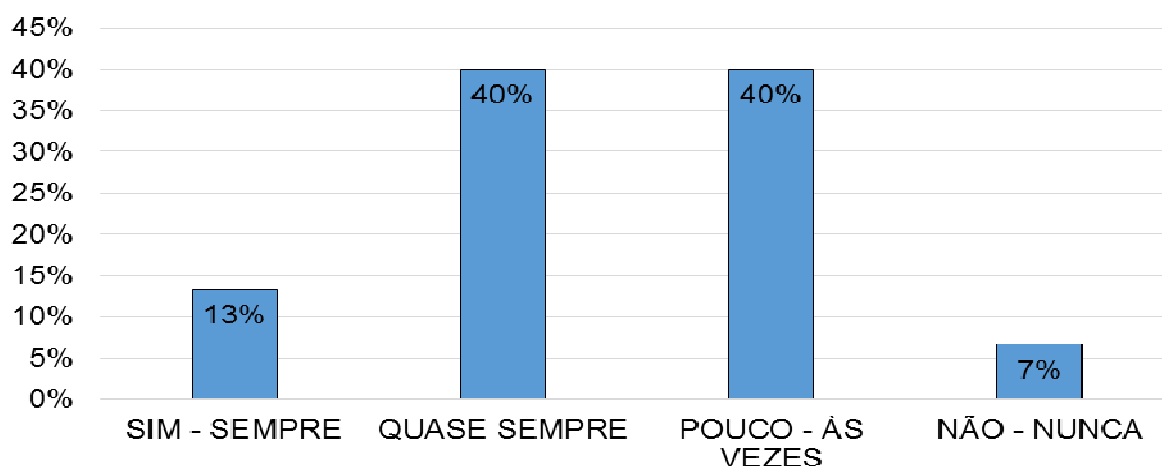


Gráfico 15: Tomada de ciência por parte dos participantes em relação a programas e projetos de extensão desenvolvidos por IES.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 15 se refere à informação e comunicação das IES com a sociedade onde está inserida e na percepção dos participantes. Esta pergunta verifica se os participantes têm conhecimento dos programas, projetos que são desenvolvidos pelas IES. Identificou-se as seguintes respostas dos participantes: 13% dos participantes responderam que “SIM - SEMPRE” tomam conhecimentos sobre estas ações de extensão, 40% dos participantes responderam que “QUASE - SEMPRE” tomam conhecimentos das ações de extensão, outros 40% dos participantes responderam que “POUCO - ÀS VEZES” tomam conhecimento sobre estas ações de extensão, e 7% dos participantes responderam que “NÃO - NUNCA” conheceram estas ações de programas e projetos de extensão.

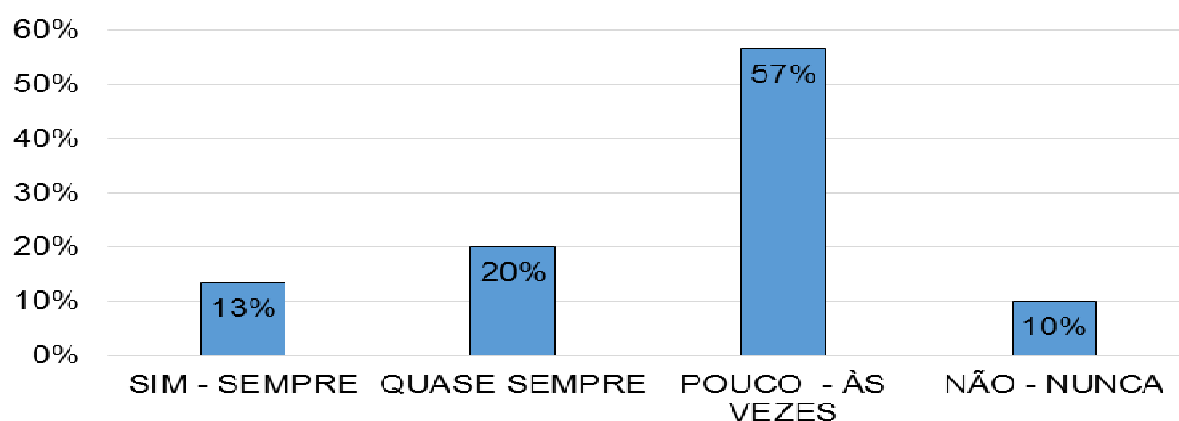


Gráfico 16: Tomada de ciência por parte dos participantes em relação aos cursos de extensão desenvolvidos por IES.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 16 demonstrou como é a participação e acesso dos participantes nos cursos de extensão que as IES ofertam a comunidade onde está inserida.

Verificou que 13% dos participantes da pesquisa que responderam que “SIM – SEMPRE” tomam ciências dos cursos ofertados por meio da extensão, 20% dos participantes responderam que “QUASE – SEMPRE” tomam conhecimentos dos curso ofertados por meio da extensão, 57% dos participantes da pesquisa que responderam que “POUCO – ÀS VEZES” tomam ciências dos cursos ofertados por meio da extensão e 10% dos participantes da pesquisa que responderam que “NÃO – NUNCA” tomam ciências dos cursos ofertados por meio da extensão.

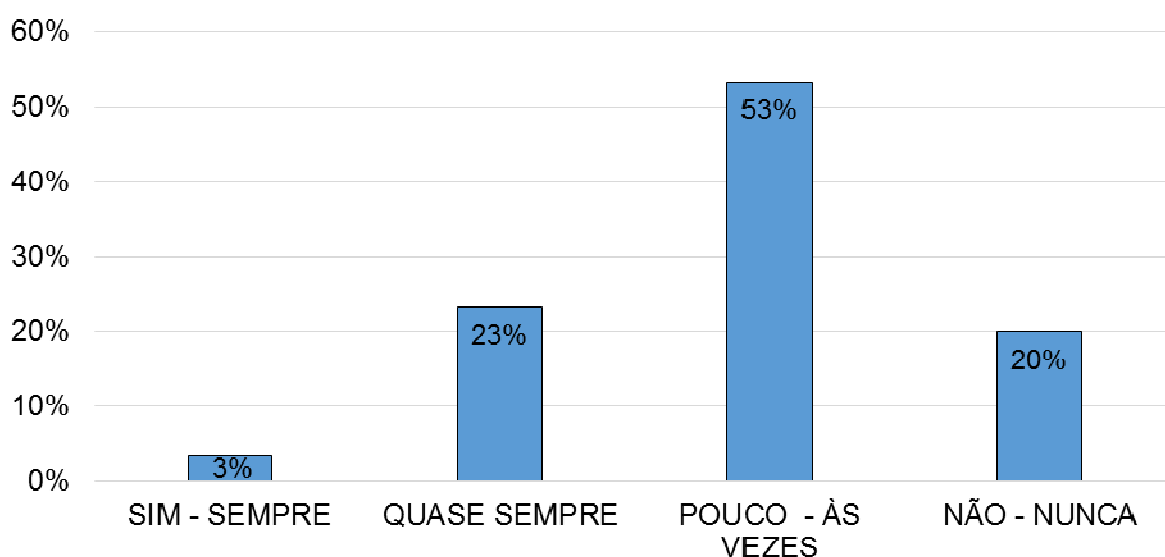


Gráfico 17: Tomada de ciência por parte dos entrevistados proprietários ou colaboradores em empresas com relação a eventos de extensão desenvolvidos por IES.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 17 aponta se os participantes e/ou colaboradores das empresas pesquisadas tomam conhecimentos sobre os eventos de extensão, como palestras, congressos, oficinas, seminário e etc.

Foi identificado que 3% dos participantes da pesquisa que responderam que “SIM –SEMPRE” tomam conhecimentos sobre os eventos de extensão; 23% dos participantes da pesquisa que responderam que “QUASE SEMPRE” tomam conhecimentos sobre os eventos de extensão; 53% dos participantes da pesquisa que responderam que “POUCO, ÀS VEZES” tomam conhecimentos sobre os eventos e 20% dos participantes da pesquisa que responderam que “NÃO - NUNCA” tomam conhecimentos sobre os eventos extensão realizados pelas IES.

Após análises dos dados das questões 10, 11,13, 14, 16 e 17 que estão direcionadas com acesso e participações do setor produtivos nas ações de extensão, identificamos que os participantes, em sua maioria, responderam que quase - sempre e poucos – às vezes participam das ações de extensão que as IES ofertam. Com essa preliminar dos dados, induz que pode haver um problemas que as instituições deveriam estar atentas ao analisar por quais motivos esse público tem uma relativa baixa na participação nas ações de extensão. Outra preocupação que as IES deverão ter, é em relação a pouca comunicação e informação que chegam ao setor produtivo. O fórum de extensão demonstra em sua literatura a importância da aproximação da extensão universitária com o setor produtivo.

Se essa centralidade não é autoevidente, ela não é, no entanto, difícil de ser percebida. Por meio da interação dialógica com os setores produtivos, possibilitada pelas ações extensionistas, a Universidade toma conhecimento dos problemas, desafios e interesses dos setores referidos ao processo de acumulação e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País, o qual, por sua vez, tem, em contextos democráticos, efeitos positivos na qualidade de vida da população, inclusive dos setores de renda mais baixa e dos excluídos (FORPROEX, 2012, p. 27).

Os gráficos compreendidos entre 18 a 24 referem-se às percepções dos participantes em relação à contribuição da extensão para sua vida profissional e pessoal. Estão divididos das seguintes maneiras: Os gráficos 18 e 19 estão relacionados à Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os gráficos 12, 13 e 14 estão relacionados ao Impacto e transformação da extensão universitária. E

os gráficos 11 e 14 estão relacionados à Interdisciplinaridade e interação dialógica da extensão universitária.

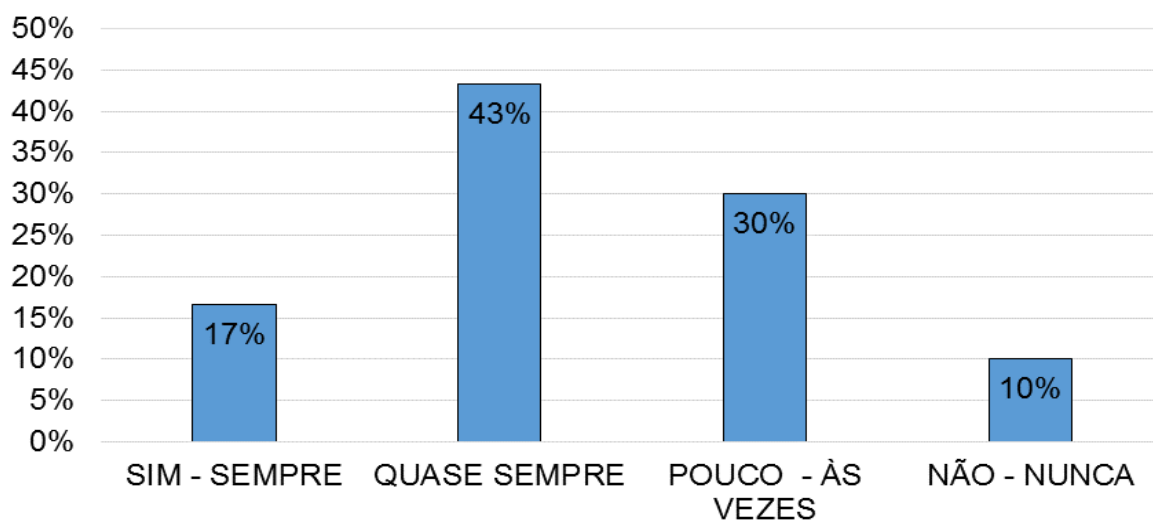


Gráfico 18: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações de extensão estão articuladas entre ensino e pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 18 identificou a percepção dos participantes em relação às ações de extensão que estão sendo ofertadas pelas IES e se estão articuladas à indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Segundo (FORPROEX, 2012, p. 18),

A diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

Foi identificado que 17% dos participantes responderam que “SIM – SEMPRE” estão articuladas entre o ensino e a pesquisa, 43% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” estão articuladas entre o ensino e a pesquisa, 30% dos participantes responderam que “POUCO – ÀS VEZES” estão articuladas entre o ensino e a pesquisa e 10% dos participantes responderam que “NÃO – NUNCA” estão articuladas entre o ensino e a pesquisa.



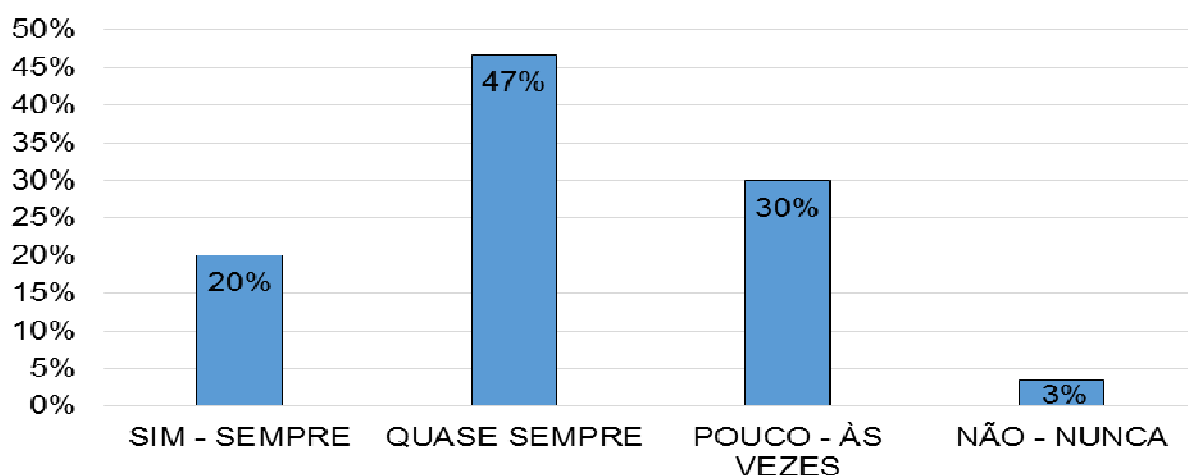


Gráfico 19: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações de extensão contribuem para a democratização do ensino.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 19 mostra a percepção dos participantes acerca das ações de extensão e as contribuições destas para a democratização do ensino. Nas literaturas encontramos informações sobre essa importância da extensão universitária para democratização do ensino.

Entre as iniciativas que podem contribuir para ampliar o acesso, estão os cursos preparatórios para as provas de ingresso no ensino superior, que podem ser oferecidos pela Extensão Universitária; entre as que podem contribuir para diminuir a evasão, estão a disponibilização de bolsas de Extensão Universitária, que permitem aos estudantes de menor renda dedicarem mais tempo aos estudos, e as monitorias, que os auxiliam a superar deficiências de conteúdo (FORPROEX, 2012, p. 28).

Identificamos que, 20% dos participantes responderam que as ações de extensão “SIM –SEMPRE” contribuem para a democratização do ensino; 47% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” contribuem para a democratização do ensino; 30% dos participantes responderam que “POUCO – ÀS VEZES” contribuem para a democratização do ensino e 3% dos participantes responderam que “NÃO – NUNCA” contribuem para democratização do ensino.

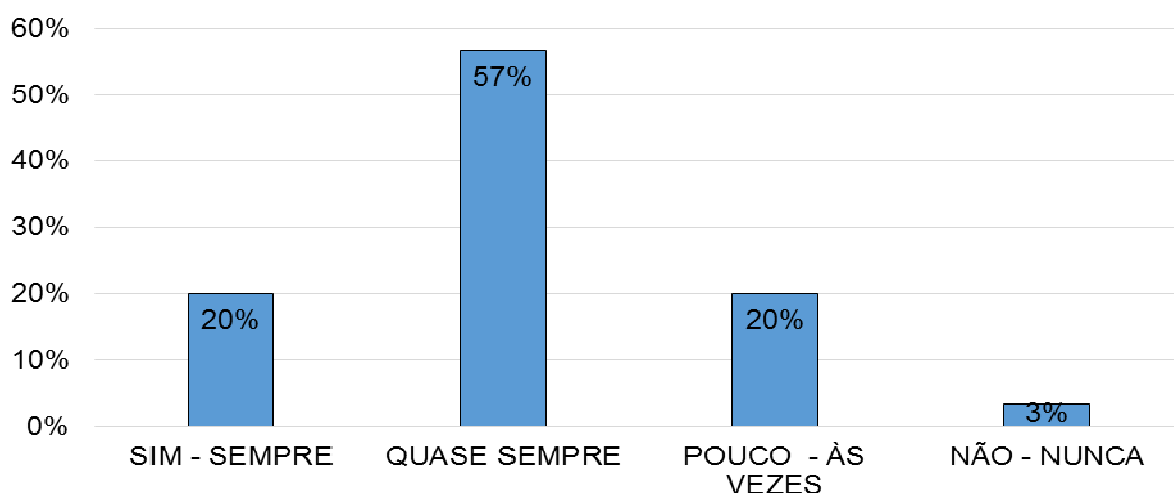


Gráfico 20: Percepção dos participantes em relação ao quanto às ações de extensão articulam saberes em diferentes áreas do conhecimento.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 20 está relacionado com interdisciplinaridade e interação dialógica das ações de extensão.

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações (FORPROEX, 2012, p.71).

Identificamos a percepção dos os participantes em relação ao quanto as ações de extensão articulam saberes em diferentes áreas do conhecimento. Foi identificado que 20% dos participantes responderam “SIM SEMPRE” as ações de extensão estão articuladas; 57% dos participantes responderam “QUASE SEMPRE” as ações de extensão estão articuladas, 20% dos participantes responderam que “POUCO – ÀS VEZES” as ações de extensão estão articuladas e 3% dos participantes responderam que “NÃO NUNCA” as ações de extensão articuladas.

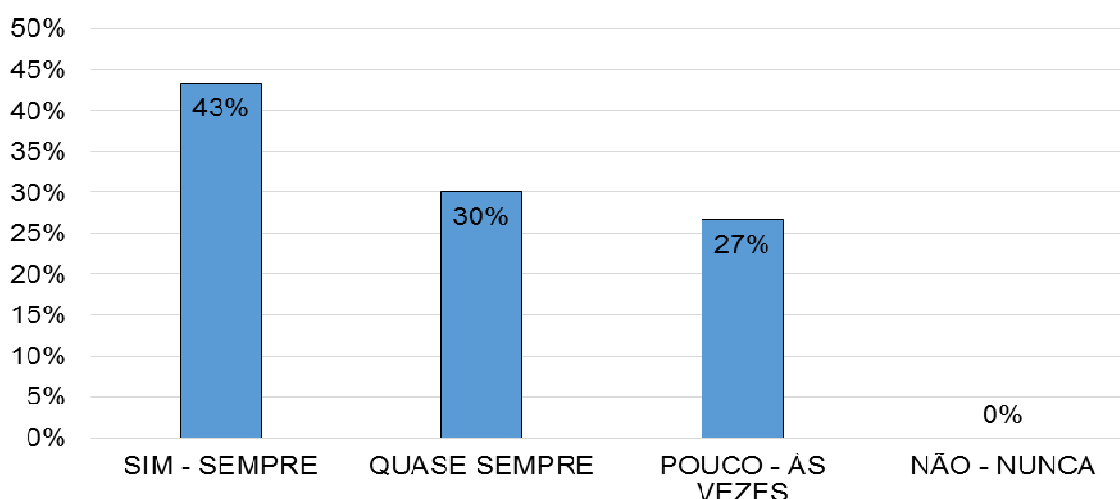


Gráfico 21: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações de extensão contribuem para a transformação e impacto social da comunidade  
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O Gráfico 21 está relacionado a impactos e transformação e tem como objetivo identificar a percepção dos participantes em relação às ações de extensão e se elas contribuem para a transformação e impacto social da comunidade. Verificou-se que 43% dos participantes têm a percepção que “SIM – SEMPRE” contribuem para a transformação e impacto social da comunidade, 30% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” contribuem para a transformação e impacto social da comunidade, 27% dos participantes responderam que “POUCO - ÀS VEZES” contribuem para a transformação e impacto social da comunidade, nenhum dos participantes respondeu que “NÃO – NUNCA” contribuem para a transformação e impacto social da comunidade.

De acordo com conceitos descritos na revisão da literatura as ações de extensão devem promover impacto e transformação social.

A diretriz *Impacto e Transformação Social* reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Sociais* imprime à Extensão

Universitária um caráter essencialmente político (FORPROEX, 2012, p.21).

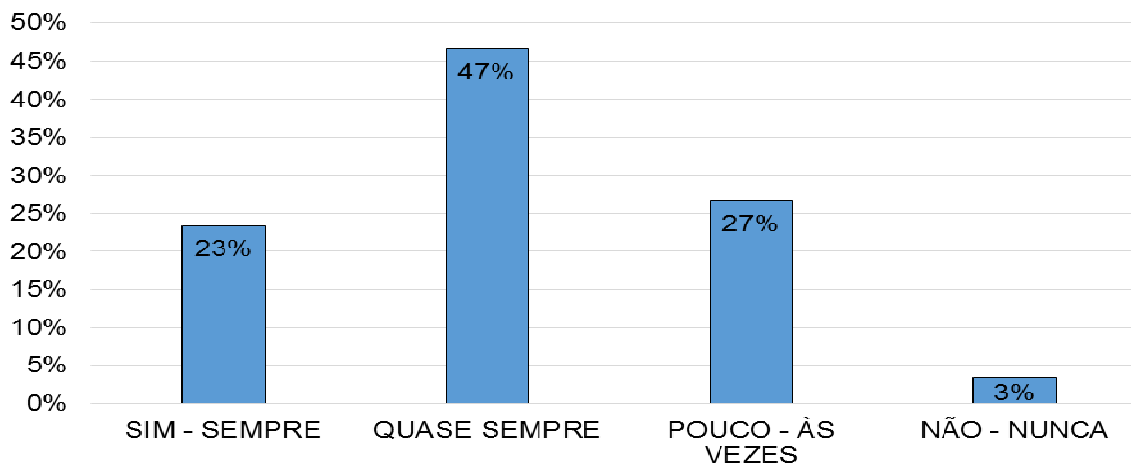


Gráfico 22: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações contribuem para a superação da desigualdade e exclusão.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Ainda na análise de impactos e transformação da extensão, o Gráfico 21 mostra se as ações de extensão contribuem para a superação da desigualdade e exclusão na percepção dos participantes. Verificou-se que 23% dos participantes responderam que “SIM – SEMPRE” as ações de extensão contribuem para a superação da desigualdade e exclusão; 47% dos participantes responderam que “QUASE SEMPRE” as ações de extensão contribuem para a superação da desigualdade e exclusão, 27% dos participantes responderam que “POUCO – ÀS VEZES” as ações de extensão contribuem para a superação da desigualdade e exclusão e 3% dos participantes responderam que “NÃO – NUNCA” que as ações de extensão contribuem para superação da desigualdade e exclusão.

Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (FORPROEX, 2012, p.16).

Como podemos observar, um dos principais papéis da extensão universitária é contribuir para a superação das desigualdades sociais, ao realizar ações para essas áreas, estarão contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico do País.

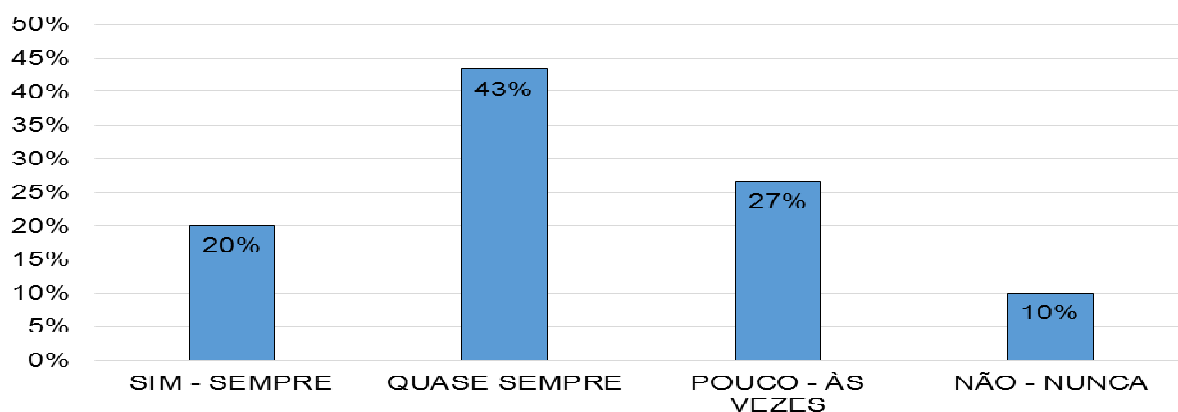


Gráfico 23: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 23 identificou a percepção dos participantes em relação ao quanto às ações contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável. O FORPROEX, elenca as áreas de atuação da Extensão Universitária com as políticas públicas:

Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos (2012, p. 26).

Identificou-se que 20% dos participantes tem a percepção que “SIM SEMPRE” contribuem, 43% dos participantes tem a percepção que “QUASE SEMPRE” contribuem, 27% dos participantes tem a percepção que “POUCO – ÀS VEZES” contribuem, e 10% dos participantes tem a percepção de que “NÃO NUNCA” contribuem.

Essas articulações das IESs constitui-se também em iniciativa importante para o fortalecimento da Extensão Universitária em um contexto local e regional.

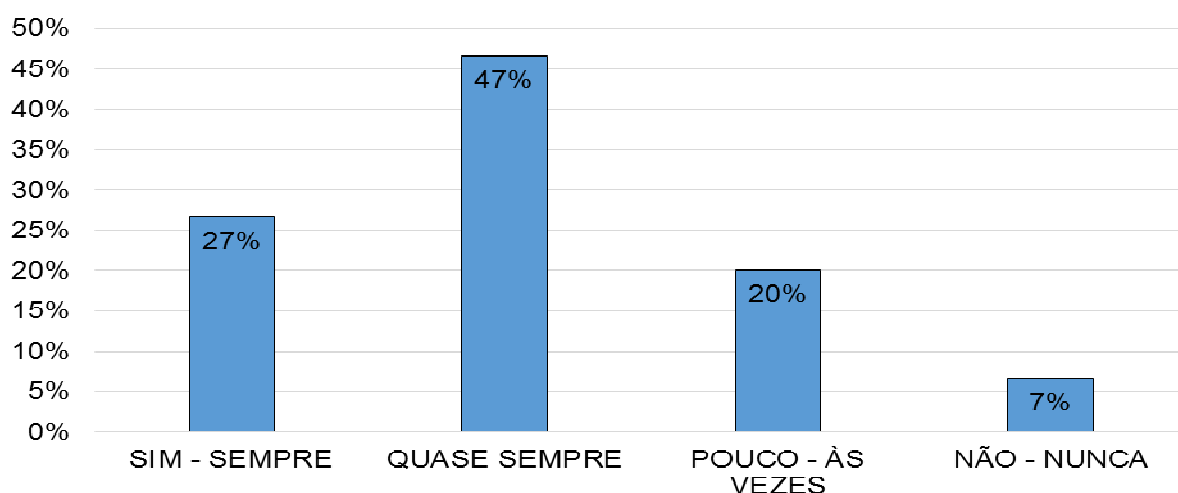


Gráfico 24: Percepção dos participantes em relação ao quanto as ações contribuem para a trocas de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Gráfico 24 corresponde à interação dialógica entre a universidade e a comunidade.

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais (FORPROEX, 2012, p.16).

Identificamos a percepção dos participantes em relação ao quanto as ações contribuem para as trocas de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Identificamos que: 27% dos participantes responderam que “sim – sempre” há esta troca de saberes, 47% dos participantes responderam que “quase sempre” tem essa troca de saberes, 20% responderam que “pouco - às vezes” tem essa troca de saberes e 7% dos participantes responderam que não – nunca há essa troca de saberes a universidade e os outros setores da sociedade.

#### 4.2.1 Análise da média e desvio padrão

Para essa etapa, foi aplicada uma análise da média e do desvio padrão da amostra da pesquisa. Esta análise foi aplicada para a segunda, terceira e quarta parte do questionário.

TABELA 2 - Análise descritiva dos dados da segunda e terceira parte do questionário - n: número de respondentes, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão.

Questões	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
<b>2ª e 3ª parte: Participação e acesso/ informação e comunicação (n=30)</b>				
1. Frequenta ou frequentou espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão em Faculdades ou Universidades?	1	4	2,6	0,75
2. Conhece ou conheceu espaços sociais mantidos por Faculdades ou Universidades?	1	4	2,36	0,79
3. Fica ou ficou sabendo das atividades sociais e culturais que são realizadas pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Torneios futsal, festival de dança, exposições, etc ...	1	4	2,53	0,88
4. Você e/ou colaboradores da sua empresa participam ou participaram dos cursos, eventos, projetos e programas de extensão?	1	4	2,4	0,75
5. Conhece ou conheceu alguma atividade de prestação de serviço de extensão desenvolvida pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Empresa Júnior, Clínica (Veterinária, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia), Núcleo de Práticas Jurídica, etc ...	1	4	2,5	0,92
6. Tomam conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos pelas Faculdades ou Universidades?	1	4	2,6	0,80
7. Você e/ou colaboradores da sua empresa conhecem os cursos de extensão que são oportunizados pelas Faculdades ou Universidades?	1	4	2,36	0,83
8. Você e/ou colaboradores da sua empresa conhecem os eventos de extensão que são oportunizados pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Congresso, Palestra, Seminários, oficinas, etc....	1	4	2,1	0,74

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de pesquisa.

Na Tabela 2, verificou-se que a maior média foi de 2,6 para as questões um e seis, a questão um está relacionada à participação e acesso dos participantes nas ações de extensão e a questão seis está relacionada à informação e comunicação das IES com a comunidade. A menor média foi de 2,1 para a questão oito, esta questão está direcionada para participação e acesso.

Assim, em uma análise geral das médias, identificou-se que a participação e acesso estão com a menor média, ou seja, percebe-se que os participantes sabem

da existência das ações de extensão, mas que “quase sempre” e ou “pouco às vezes” participam dessas ações.

O maior desvio padrão foi 0,92 e é referente à questão de número cinco. Esta questão está relacionada à participação e acesso dos participantes nas ações de extensão. O menor desvio padrão foi 0,74 e é referente à questão de número oito que também está relacionada com a participação e acesso.

TABELA 3 - Análise descritiva dos dados - quarta parte do questionário - n: número de respondentes, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão.

Questões	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
<b>4ª parte: Estão relacionadas as diretrizes de extensão</b>				
9. Estão articuladas com a pesquisa e o ensino?	1	4	2,66	0,86
10. Contribuem para a democratização do ensino?	1	4	2,88	0,77
11. Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento?	1	4	2,93	0,72
12. Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade?	1	4	3,16	0,81
13. Contribuem para a superação da desigualdade e exclusão?	1	4	2,90	0,78
14. Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável?	1	4	2,73	0,89
15. Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade?	1	4	2,93	0,53

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de pesquisa.

Na Tabela 3, a maior média foi de 3,16 e que é referente à questão doze, esta questão está direcionada para “impacto e transformação”. A menor média foi de 2,66 e é referente à questão nove, esta questão está relacionada com “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O menor desvio padrão foi 0,53 e é referente à questão quinze, esta questão está direcionada para as ações “interdisciplinaridade e interação dialógica”. O maior desvio padrão foi 0,89 e que é referente à questão de número quatorze e está direcionada para as “ações de impacto e transformação”.

Identificamos também, que embora a menor média seja 2,66, podemos considerar como uma média alta. A análise demonstra que as ações de extensão que as IES estão ofertando são relacionadas à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, auxilia no impacto e transformação da sociedade, e ainda



trabalha com interdisciplinaridade e interação dialógica entre a universidade e sociedade. Segundo (FORPROEX, 2007, p. 24)

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso.

Há a análise sobre a interação entre universidade e setor produtivo. A teoria mostra que a universidade precisa ser sensível às percepções e necessidades da sociedade e especificamente do setor produtivo.

A articulação da Extensão Universitária com os setores produtivos da sociedade completa o leque de articulações que podem contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária. Também aqui, a diretriz *Interação Dialógica* e o compromisso com enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação adquirem centralidade (FORPROEX, 2012, p. 27).

A pesquisa procurou identificar as percepções do setor produtivo, sobre o que este conhece em termos de ações de extensão, se eles participam ou têm acesso em alguma ação de extensão, e verifica se há alguma informação e comunicação da extensão com setor produtivo. A segunda parte do questionário indaga se os participantes conseguem perceber as diretrizes de extensão.

A extensão não se faz apenas pelos cursos e serviços que oferece, mas pela observação do contexto social em que a IES está inserida, aliadas às interfaces que mantém com outros setores que compõem a academia, vinculando-se, sem se confundir, com a pesquisa e o ensino, com a organização administrativa, com a sociedade e com estado, priorizando a dinâmica da região para qual a IES vai contribuir (SOARES, 2004, p. 10).

Em uma análise geral dos dados apurados nesta fase da pesquisa, percebe-se que os participantes sabem da existência das ações de extensão, mas que, “pouco às vezes” participam dessas ações. Isso sugere que as Instituições de Ensino Superior devem promover mais esclarecimentos sobre os benefícios que a

Extensão Universitária oferece à sociedade e, por outro lado, também devem promover uma interação maior com a sociedade a fim de identificar o que possa ser mais interessante para o setor.

A universidade deverá mergulhar no processo de produção de conhecimento que corre no interior dos processos sociais e produtivos e trazê-los para fora de si mesma com o intuito de reconstruí-los e devolvê-los para a sociedade, quer através de pesquisas, quer através da extensão, quer através do ensino (SOUSA, 2010, p. 131).

Com relação às diretrizes de extensão, a análise demonstrou que os participantes consideram que as ações de extensão ofertadas pelas IES estão relacionadas com a diretriz “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e que estas ações, auxiliam no impacto e transformação da sociedade. E concordam que a Extensão Universitária trabalha exercendo interdisciplinaridade e interação dialógica entre a universidade e sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade que visa ao seu desenvolvimento, por meio de construção de estabilidade econômica e bem-estar de seus membros, precisa engajar-se cada vez mais em contextos culturais, de especializações e de formações acadêmicas e continuadas. A universidade como formadora, organizadora e produtora de conhecimento, torna-se cada vez mais uma instituição que interage com a sociedade formando uma parceria produtiva e com relacionamentos progressivamente mais estreitos e benéficos com a sociedade.

Este relacionamento entre a universidade e sociedade realiza-se principalmente por meio da Extensão Universitária.

Nas análises teóricas, percebeu-se que a Extensão Universitária foi vista como uma entidade que desempenha diferentes funções e, por muitas vezes, ela é associada a abordagens ora assistencialistas, ora acadêmicas, sociais, legais, paternalistas, reparadoras, dentre outras. Percebeu-se que a extensão carece de melhores esclarecimentos. Para Botomé (1996), a Extensão Universitária pode ser considerada como um ponto obscuro no sistema de ensino superior, pois sempre é citada como algo importante, mas na prática, é sempre ignorada ou reduzida a cursos e poucas ações.

No entanto, percebeu-se que há um esforço para sistematizar e nortear as diferentes concepções conceituais em termos de extensão, isto tem sido realizado por meio do FORPROEX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras), por meio do FOREXP (Fórum de Extensão das IES Particulares) e órgãos governamentais de educação e legislação.

A fundamentação teórica deste estudo não mostra somente que há um grande número de possibilidades, convenções e atribuições para a Extensão Universitária, mas que os órgãos sistematizadores destacam o interesse da Extensão de receber da sociedade, incluindo do setor produtivo, percepções e entendimentos que ajudam a extensão e a universidade a realinharem suas ações.

Para a análise de dados documentais, realizados nos endereços eletrônicos das IES da Região do Médio Paraíba Fluminense, foi necessária uma atenção especial, pois, nem todas as instituições pesquisadas têm, em seu site, uma aba

específica para extensão. Para a localização de informação o sobre extensão, foi necessário pesquisar em outras abas, que estão direcionadas para pós-graduação, graduação e até mesmo, para as de conteúdo institucional.

Quase todas as instituições pesquisadas praticam diversas ações como projetos, eventos e prestação de serviço. No entanto, estas ações que são pertencentes a extensão universitária, em grande parte das instituições, não são reconhecidas, visto não estarem discriminadas junto das informações sobre Extensão nesses endereços eletrônicos.

Em relação às prestações de serviços, identificou-se que maiorias das instituições pesquisadas não atrelam estas atividades à extensão universitária. Estas instituições precisam repensar uma melhor organização ao apresentar seus produtos de extensão em seus endereços eletrônicos, evidenciando mais claramente o que é e o que compõe a extensão universitária.

Outra dificuldade na compreensão acerca da Extensão Universitária, nas IES estudadas, é o fato de informarem apenas os tipos de ações trabalhadas, apenas citam executar um percentual das linhas de extensão proposta pelos FORPROEX e FOREXP, isso reduz o potencial de relacionamento entre a IES e sociedade, por não oferecer informação que dê suporte aos interessados em buscar interação com as IES.

Em relação à pesquisa de campo, chega-se ao entendimento que os participantes têm pouca participação e relativo conhecimento sobre a extensão universitária. Ou seja, em relação às questões que estavam direcionadas às dimensões conceituais de “participação e acesso”, as respostas dos participantes oscilaram entre “quase sempre” e “pouco às vezes” participam de ações de extensão.

Nas questões de “informação e comunicação” da extensão, as respostas dos participantes também oscilaram entre “quase sempre” e “pouco às vezes” tomam conhecimento sobre ações de extensão. Em relação às questões que estavam direcionadas às diretrizes da extensão, a média das repostas apontam que o setor produtivo quase sempre tem a percepção de que as ações de extensão estão relacionadas com: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto e transformação e interdisciplinaridade e interação dialógica.

Enfim, a Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, capaz de promover uma interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. As IES devem perceber a Extensão além da sua finalidade de responsabilidade social, chegando a ser percebida como uma via de mão dupla, com a possibilidade de diálogos e partilhas de conhecimentos com a sociedade.

Em consonância, os resultados da pesquisa documental demonstram que as IES da Região do Médio Paraíba Fluminense podem atuar com maior número e diversidade de ações de extensão, o que resulta em melhor relação com a sociedade e melhor contribuição para o seu desenvolvimento. Os estudos também mostram que as IES têm uma relativa aproximação com os setor produtivo local, mas ainda se faz necessário que as instituições estreitem mais este relacionamento, não só com os setor mencionado, como também em outros setores da sociedades, como com o setores públicos, privados, políticas públicas e movimentos sociais.

A Universidade, por meio das ações extensionistas, toma conhecimento dos problemas servindo-se da interação dialógica com os setores produtivos e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com sua solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento da região que, por sua vez, tem efeitos positivos na qualidade de vida da população.

Não se deve restringir a Extensão Universitária a uma mera cumpridora do papel de responsabilidade social das Universidades. A extensão pode e deve ir além e, para isso, são bem-vindas discussões reflexões e futuros estudos sobre ela, assim como são necessárias melhores comunicações entre a Extensão Universitária e a sociedade, aproveitando esta interação como um instrumento impulsionador para uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

AEDB (Resende). **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO AEDB**. 2016. Disponível em: <<http://www.aedb.br/cursos-de-extensao/>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

ARAUJO, E.A.S. **Rediscutindo caminhos da contribuição da análise do comportamento para a educação**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000436396&fd=y> Acesso em: 10 jul. 2015.

BARBOSA, V C. **Extensão Universitária**: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. Tese de Mestrado da Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte, disponível em: <http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/valeska-cristina-barbosa.pdf>. Acesso em: 06 Jul de 2015.

BHATTACHARYYA, S. S., SAHAY, A., ARORA, A. P. e CHATUVERDI, A. A toolkit for designing firm level strategic corporate social responsibility (CSR) initiatives. In: **Social Responsibility Journal**. v. 4, nº 3, 2008 (p. 265-282).

BOFF, C. **Como trabalhar com o povo**: metodologia do trabalho popular. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931. **Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <http://www.uniube.br/ceac/arquivos/PNEX.pdf> Acesso em: 2 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79), Acesso em: 1 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 6.495, DE 30 DE JUNHO DE 2008 **institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Programa de Apoio a extensão universitária** – Proext. Editais. Edital n.º 2 de 1.º de março de 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241&Itemid=488](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&Itemid=488)> Acesso em: 21 ago. 2012.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e Ensino alienante** – o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

CALDERÓN, A. I. (org.). **Extensão Universitária: uma questão em aberto**. São Paulo: Xamã, 2011.

CESVA (Valença). **Fundação Educacional Dom Arcoverde**: Centro de Ensino de Valença. 2016. Disponível em: <<http://faa.edu.br/portal/ctrextensao>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ESTÁCIO DE SÁ (Resende). **Universidade Estácio de Sá**. 2016. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/unidades/universidade-estacio-de-sa/campi/rj/resende/resende.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FASF (Volta Redonda). **Faculdade Sul Fluminense**. 2016. Disponível em: <<http://fasfsul.com.br/afasf.php>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

FAURÉ, Y.; HASENCLEVER, L.; SILVA NETO, R. **Novos Rumos Para A Economia Fluminense**: Oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro E-papers, 2008.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** – Anexo metodológico. Disponível em <http://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em 22/ abr. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS IES BRASILEIRAS. **Institucionalização da Extensão**: passo a passo / fórum de extensão das IES brasileiras. Brasília: Fórum, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**: Impresso na Gráfica da UFRGS - Porto Alegre/RS (Brasil) 1ª impressão: agosto 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **P. Extensão ou comunicação?** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ. **A Estrutura industrial no Estado do Rio de Janeiro – 2008 a 2014.** Agosto de 2014. Ano 1 - Nº 3 disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/bolcon.html> acesso em: 12 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Boletim de Conjuntura Econômica Fluminense.** Ano VII. n 6 Junho de 2015 disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/bolcon.html> acesso em: 12 out. 2015.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FUSCO, F. M. O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: O Médio Vale do Paraíba Fluminense – RJ. **Anais ... X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas** – CNAE. 2.0. Disponível em <http://www.cnae.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 jul. 2015.

INSTITUTO ETHOS. **O que é Responsabilidade Social Corporativa.** Disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o\\_que\\_e\\_rse/o\\_que\\_e\\_rse.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx)> Acessado em : 05 out de 2010.

LIMA, M. M. F. **Projeto de Economia Solidaria no Bnb.** Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing:** uma orientação aplicada. Trad. Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

MENEGHEL, S. M. **A crise da universidade moderna no Brasil.** Tese (Doutorado), UNICAMP, Campinas, 2001.

NASCIMENTO, R. D. **Industrialização e Desenvolvimento nos municípios de Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda na década de 2000.** Dissertação (Mestrado), Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, 2014.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. M.D.P. **Extensão universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum nacional de Pró-Reitores de Extensão das



Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PENNA, R.; TOALDO, A. M.; SABEDOT, S. **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em [http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DHHome](http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DHHome). Acesso em: 24 abr 2016.

PLONSKI, G. A. Cooperação empresa-universidade no Brasil: um novo balanço prospectivo. **Interação universidade empresa**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, 1998.

RAMMINGER, T. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicologia: Ciência e Profissão**, mar, 2001, v. 21, no.1, p.42-45. ISSN 1414-9893.

REIS, R.H dos. Institucionalização da Extensão: **Educação Brasileira** v.14, n. 28, jan./jun.p.67-81, 1992.

RODRIGUES, A.R. **A Extensão Universitária**: indicadores da qualidade para avaliação de sua prática - estudo de caso de um centro universitário privado. Mestrado (Dissertação) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, SP. 1996.

SANTOS R. F. **Avaliação da implantação da reforma universitária**: apresentação do tema. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1973.

SANTOS, S. R. M. **A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária**: em busca de novos rumos. Estudos Universitários (UFPE) (Cessou em 1985), v. 24-25, p. 55-64, 2009.

SEBRAE NACIONAL. **Informações Socioeconômicas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2015.

SILVEIRA, R. L. L. **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SIVERES, L.; MENEZES, A.L.T. (Orgs.). **Transcendendo fronteiras**: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. v. 1. 311p.

SOARES, V. L. Bases Conceituais da Extensão: Construindo os caminhos. In: PESSANHA, J. A. O.; SOARES, V. L. C. (Org.) **Institucionalização da Extensão: Passo a Passo/ Fórum de Extensão das IES Brasileira**. Brasília: LJM, 2004. Cap. 1, p. 7.

SOUSA, A. L. L. **A História da Extensão Universitária**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

SOUSA, M.G.B. de; CARNIELLO, M.F.; ARAUJO, E.A.S. de. Instituição de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso das ações extensionistas na área de saúde do centro universitário UNIRG. **Anais...** Encontros de Pós-Graduação da UNIVAP, XI, São José dos Campos, 2011. Disponível em:

[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2011/anais/arquivos/0088\\_0053\\_01 .pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0053_01.pdf)

Acesso em: 20 jul. 2015.

UBM (Barra Mansa). **Centro Universitário de Barra Mansa**. 2016. Disponível em: <[www.ubm.br](http://www.ubm.br)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

UGB (Volta Redonda). **Centro Universitário Geraldo Di Biase**. 2016. Disponível em: <<http://www.ugb.edu.br/web/extensao.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

UNIFOA (Volta Redonda). **Centro Universitário de Volta Redonda**. 2016. Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/extensao>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

VALLAEYS, F. Que significa responsabilidade social universitária? **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior / Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior**. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Ano 24, n. 36, 2006.

VARGAS, D.A.M. **A concepção e a prática da extensão universitária nas instituições de ensino superior da região do Médio Iguaçu**. Dissertação (Mestrado), UNC. Disponível em:

[http://www.unc.br/mestrado/editais/Disserta\\_\\_o\\_Daniella\\_M\\_Vargas%20FINAL.pdf](http://www.unc.br/mestrado/editais/Disserta__o_Daniella_M_Vargas%20FINAL.pdf)

Acesso em: 15 Jul 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>.

Acesso em: 09 jul. 2015.

VIRGILLITO, S. B. (Org.). **Pesquisa de Marketing: uma abordagem quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Saraiva, 2010.

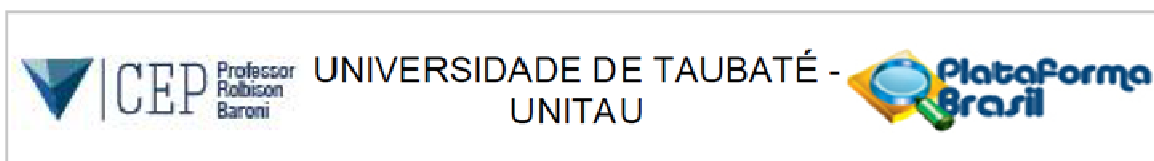
VITORINO, L.F. **A Utilização do Escritório de Projetos no Gerenciamento de Portfólio de Programas de Extensão Universitária**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Taubaté. Taubaté-SP, 2011.

## ANEXO A - Questionário sobre Extensão Universitária

<b>Empresa:</b>
<b>Localização da Empresa:</b> <input type="checkbox"/> Resende <input type="checkbox"/> Itatiaia <input type="checkbox"/> Porto Real <input type="checkbox"/> Quatis <input type="checkbox"/> Barra Mansa <input type="checkbox"/> Volta Redonda <input type="checkbox"/> Pinheiral <input type="checkbox"/> Rio Claro <input type="checkbox"/> Pirai <input type="checkbox"/> Barra do Pirai <input type="checkbox"/> Valença <input type="checkbox"/> Rio das Flores <input type="checkbox"/> Outra _____
<b>Cargo:</b>
<b>Há quanto tempo trabalha mesma empresa:</b> <input type="checkbox"/> 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 16 anos ou mais
<b>Há quanto tempo ocupa este cargo:</b> <input type="checkbox"/> 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 16 anos ou mais
<b>Qual seu nível de ensino:</b> <input type="checkbox"/> Médio/profissional Qual? _____ <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto Qual? _____ <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo Qual? _____ <input type="checkbox"/> Pós-graduação Qual? _____ <input type="checkbox"/> Outro Qual? _____
<b>Sexo:</b> <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
<b>Estado civil:</b> <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/União Estável <input type="checkbox"/> Separado/Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outro
<b>Qual sua idade:</b> <input type="checkbox"/> 18 a 27 anos <input type="checkbox"/> 28 a 37 anos <input type="checkbox"/> 38 a 47 anos <input type="checkbox"/> 48 a 57 anos <input type="checkbox"/> 58 anos ou mais
<b>Nome (opcional):</b>
<b>Telefone e e-mail (opcional):</b>

<b>Marque apenas uma opção sobre Extensão Universitária</b>	<b>SIM SEMPRE</b>	<b>QUASE SEMPRE</b>	<b>POUCO ÀS VEZES</b>	<b>NÃO NUNCA</b>
1. Frequenta ou frequentou espaços de cultura, ciência e tecnologia que desenvolvem atividades de extensão em Faculdades ou Universidades?				
2. Conhece ou conheceu espaços sociais mantidos por Faculdades ou Universidades? Ex. Museus, Galerias, Conservatório, entre outros?				
3. Fica ou ficou sabendo das atividades sociais e culturais que são realizadas pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Torneios futsal, festival de dança, exposições, etc...				
4. Você e/ou colaboradores da sua empresa participam ou participaram dos cursos, eventos, projetos e programas de extensão?				
5. Conhece ou conheceu alguma atividade de prestação de serviço de extensão desenvolvida pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Empresa Júnior, Clínica (Veterinária, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia), Núcleo de Práticas Jurídica, etc...				
6. Tomam conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos pelas Faculdades ou Universidades?				
7. Você e/ou colaboradores da sua empresa conhecem os <b>cursos</b> de extensão que são oportunizados pelas Faculdades ou Universidades?				
8. Você e/ou colaboradores da sua empresa conhecem os <b>eventos</b> de extensão que são oportunizados pelas Faculdades ou Universidades? Ex. Congresso, Palestra, Seminários, oficinas, etc....				
<b>Quanto às ações de extensão que são oportunizadas pelas Faculdades ou Universidades pode perceber que:</b>	<b>SIM SEMPRE</b>	<b>QUASE SEMPRE</b>	<b>ÀS VEZES</b>	<b>NUNCA</b>
9. Estão articuladas com a pesquisa e o ensino?				
10. Contribuem para a democratização do ensino?				
11. Propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento?				
12. Contribuem para a transformação e impacto social da comunidade?				
13. Contribuem para a superação da desigualdade e exclusão?				
14. Contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável?				
15. Contribuem para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade?				

## ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Extensão Universitária: Responsabilidade Social das IES e o Desenvolvimento Regional

**Pesquisador:** Waleska Portella de Lacerda

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 49392715.8.0000.5501

**Instituição Proponente:** SOCIEDADE BENEFICIENTE SÃO CAMILO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.416.544

#### Apresentação do Projeto:

Consiste em analisar as ações de extensão universitária em Instituições de Ensino Superior desta região quanto às suas políticas, diretrizes e responsabilidade social e as percepções do setor produtivo quanto estas ações (transcrito do projeto)

#### Objetivo da Pesquisa:

Analisar as ações de extensão universitária em IESs da Região do Médio Paraíba Fluminense quanto às suas políticas, diretrizes e responsabilidade social e as percepções do setor produtivo quanto estas ações (transcrito do projeto)

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas complementares 01/12.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para a área de políticas públicas no campo das ações sociais.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas complementares 01/12.

#### Recomendações:

Após o término da pesquisa inserir na Plataforma Brasil o relatório final, em atenção as normas

**Endereço:** Rua Visconde do Rio Branco, 210

**Bairro:** Centro

**CEP:** 12.020-040

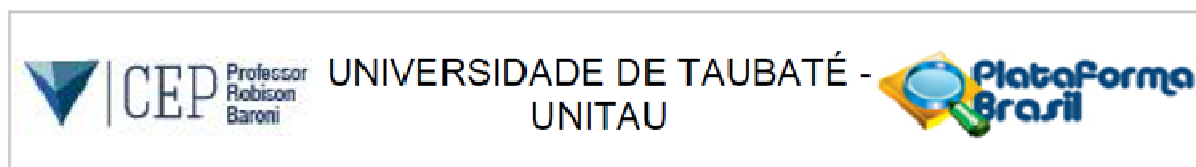
**UF:** SP

**Município:** TAUBATE

**Telefone:** (12)3635-1233

**Fax:** (12)3635-1233

**E-mail:** cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 1.416.544

operacionais da Resolução 466/12.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Atendida as solicitações do parecer anterior, conforme diretrizes do sistema CEP-CONEP.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 19/02/2016, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_585879.pdf	11/12/2015 21:16:02		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_WaleskaPortella3.docx	11/12/2015 21:11:22	Waleska Portella de Lacerda	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Waleska.pdf	14/09/2015 10:46:57	Waleska Portella de Lacerda	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LACERDA_WP_PROJETO.doc	08/09/2015 11:20:10	Waleska Portella de Lacerda	Aceito
Outros	Anexo_A_questionario.doc	08/09/2015 11:18:53	Waleska Portella de Lacerda	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

TAUBATE, 19 de Fevereiro de 2016

---

**Assinado por:**  
**Maria Dolores Alves Cocco**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Visconde do Rio Branco, 210  
**Bairro:** Centro **CEP:** 12.020-040  
**UF:** SP **Município:** TAUBATE  
**Telefone:** (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br